



Caderno 6

PIA PRIMEIRA
INFÂNCIA
ANTIRRACISTA

Primeiras infâncias
de povos de terreiros



P!A PRIMEIRA
INFÂNCIA
ANTIRRACISTA

Caderno 6:
Primeiras infâncias de povos de terreiros

Iniciativa



Parceria institucional

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

MINISTÉRIO DA
IGUALDADE RACIAL





Ficha técnica

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Representante do UNICEF no Brasil

Joaquin Gonzalez-Aleman

Representante adjunta para programas

Layla Saad

Especialista em Desenvolvimento Infantil na Primeira Infância

Maíra da Silva Souza

Especialista de Educação Infantil

Carolina Velho

Consultoras

Gabriela Monteiro

Luana Natielle

Oficina de cocriação

Este material foi elaborado a partir de escutas com lideranças de terreno em oficinas de cocriação realizadas em agosto e setembro de 2025. Participaram das oficinas:

Oficina de Cocriação em Olinda (PE)

Adna Priscila de A. S. Albuquerque, Adriana Luz do Nascimento, Andreson Euébio da Silva, Augusto César, Daniel Luis A. da Silva, Davi Hiago, Fernanda Bahia, Gabriela Sampaio, Hannah Mary, Helae Rodrigues, Inalê Santiago Barbosa, Jessica de Souza Acioly, José Pedro, Marta Ferreira D' Oxum, Mayra Xarê, Pablo Oxaguam, Sabrina Kelly, Thaiza Myrelle de Oliveira, Thuany Duarte e Windia Sabrina.

Oficina de Cocriação em Salvador (BA)

Alessandro S. de Oliveira, Aline Santos Silva, Aline Souza da Silva, Ana Cádía Gomes de Oliveira, Ashan Elesão, Camila Viana, Carolina Moura Almeida, Catarina Matos dos Santos, Christiane Barros P. da Silva, Edvanderda Silva Souza, Eliana Boa Morte, Eliane Oliveira Nascimento, Érica Cruz dos Santos, Ester Celesti-

no dos Santos, Fabiana S. Sobrinho, Gessica Neves, Iraildes M. Santos, Iraildes Santos Nascimento, Isabel Cristina dos Santos Silva, Ivana Santos, Jaciara R. dos Santos, Jane Palma, Jonh, Jurandy Wellington Pa, Katarina Cristina M. Reis, KO, Larissa Pereira Passos, Liliane Alves da Luz Teles, Lívia Ferreira Rocha, Luciene Brito de Oliveira, Mardem Moura, Marizet Santos de Santana, Michele Nunes C. Braga, Monique Reis, Nayara Karin Falcão de Oliveira, Ricardo Ribeiro da Cruz, Tainá Santos, Thuany Duarte, Wellington Gabriel da Silva dos Santos.

UNICEF Brasil

Helena Oliveira, Juliana Vergetti, Maíra Souza, Maria Luisa Passos e Rute Souza da Cruz

Ministério da Igualdade Racial

Edilma do Nascimento Souza, Jefferson Cruz Acácio, Lucas Souza, Luzi Miranda Borges, Rafaela Fernandes de Oliveira, Sarah Nascimento dos Reis.

Coordenação editorial

Gabriela Monteiro, Jefferson Cruz Acácio, Maíra da Silva Souza, Sarah Nascimento dos Reis

Produção de conteúdo dos cadernos PIA – Primeira Infância Antirracista (2023)

Andreia Simplicio, Ayodele Floriano, Luciano Ramos, Maíra da Silva Souza e Priscila Pereira

Revisão de conteúdo

UNICEF Brasil

Carolina Velho, Maíra da Silva Souza, Luiza Teixeira e Willian Wives

Ministério da Igualdade Racial

Edilma do Nascimento Souza, Jefferson Cruz Acácio, Lucas Souza, Luzi Miranda Borges, Rafaela Fernandes de Oliveira, Sarah Nascimento dos Reis.

Ministério da Saúde

Aline Hennemann, Giovanna Gonçalves, Rosimery Santos,

Yara Pitombo, Eduardo Carvajal, Hillário Damázio

Ministério da Educação

Ana Carla Pereira Santos, Clélia Mara dos Santos, Eduardo Araújo

Ministério dos Direitos Humanos

Ana Clara Silva

Ministérios do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome

Artur Jaccoud Theodoro, Ginaldo Leônidas Jorge de Sousa Filho Neto, Rafael Moreira Serra da Silva

Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Ana Clara Silva, João Bosco e Mayara Silva

Revisão de texto e copidesque

Taís Ahouagi

Projeto gráfico e Ilustrações

Breno Loeser



ÍNDICE

Para abrir o bate-papo	06
O que é o Projeto PIA – Primeira Infância Antirracista?	08
Como esse material foi elaborado?	09
De onde partimos para esta conversa?	10
Identities	10
Branquitude	12
Racismo estrutural, sistêmico e institucional	14
Vieses inconscientes do racismo.	17
Sobre as primeiras infâncias de terreiros	19
Afinal, o que são as comunidades de terreiro?	19
O Brasil é de matriz africana	22
E as crianças?	31
Mas, e agora?	37
Cuidar da criança é um ato coletivo	41
O futuro é ancestral	51





Para abrir o bate-papo...

O que entendemos como Primeira Infância?

Segundo a Lei 13.257, de 8 de março de 2016, a primeira infância é o período que vai de 0 a 6 anos completos (ou 72 meses de vida). Esses primeiros anos são considerados uma janela de oportunidade crucial para a saúde, aprendizado, desenvolvimento e bem-estar social e emocional das crianças. Diversos estudos científicos têm demonstrado que as experiências vividas nesse período, bem como a qualidade das intervenções e dos serviços ofertados, formam a base para uma trajetória saudável na infância.

Os primeiros anos de vida são decisivos para meninas e meninos. O pleno desenvolvimento infantil depende da oferta de cuidado integral e intersetorial, articulando saúde, educação, assistência social e cultura. É fundamental garantir cuidado responsivo, segurança, proteção contra violências e oportunidades de aprendizado, de modo que os impactos dessa fase sejam positivos para toda a sociedade.

Para isso, mães, pais e cuidadores devem exercer a parentalidade protetiva. Ao mesmo tempo, profissionais das redes de saúde, educação e assistência social devem garantir um atendimento qualificado e comprometido com as especificidades étnico-raciais, territoriais e culturais das crianças e de suas famílias, apoiando-as na estruturação das bases do desenvolvimento pleno.

É na primeira infância que as crianças negras, quilombolas e indígenas vivenciam, pela primeira vez, alguma experiência de racismo — uma forma cruel de violência que tem impactos profundos a curto,

médio e longo prazo. De acordo com o Centro para a Criança em Desenvolvimento da Universidade de Harvard¹, o racismo é considerado uma “experiência adversa na infância”, portanto, trata-se de uma violação de direitos que promove estresse tóxico, medos e traumas.

Uma vez que estigmatiza e hierarquiza as diferenças entre as crianças, o racismo afeta diretamente as diversas dimensões do desenvolvimento infantil, como a construção da identidade, da autoestima, do sentimento de pertencimento, da capacidade de socialização e da percepção de si, comprometendo a saúde física e mental.

O fator racial não deve ser analisado de forma isolada. É importante percebê-lo a partir de um olhar holístico, levando em conta fatores que podem adicionar camadas de violência e opressão à vivência das crianças, a exemplo de pertencer a comunidades quilombolas, comunidades de terreiro e outros povos e comunidades tradicionais.

Diversos pesquisadores² têm comprovado que, mesmo quando invisibilizada, silenciosa ou naturalizada, a discriminação racial está presente nas interações cotidianas das crianças brasileiras e nas práticas institucionais. Pode ocorrer por meio das diferenças de tratamento, práticas, vieses e comportamentos discriminatórios nos serviços oferecidos por profissionais durante o atendimento às crianças e suas famílias, ou em interações com outras crianças e adultos, o que deixa marcas para toda a vida.

¹“How Racism Can Affect Child Development”, Center on the Developing Child (2019).

²Síntese de estudos qualitativos disponíveis em: “Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância” [livro eletrônico], Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2021).

IMPACTOS DO RACISMO

Como o racismo impacta no desenvolvimento infantil?



Fonte: Inspirado no quadro “Como o racismo impacta no desenvolvimento infantil?”, presente no Caderno “Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância”, do Núcleo Ciência pela Infância (NCPI)³

O que é a Estratégia PIA - Primeira Infância Antirracista?

Para garantir o pleno desenvolvimento de crianças em suas potencialidades, o racismo estrutural e institucional precisa ser enfrentado por toda a sociedade em um pacto coletivo entre Estado, famílias e sociedade civil. Esse compromisso deve envolver os sistemas de saúde, educação, assistência social, cultura, justiça e direitos humanos, reconhecendo o problema e implementando práticas antirracistas.

Antirracismo é o conjunto de ações e políticas intencionais voltadas à desconstrução das práticas, estruturas e ideologias racistas, com objetivo de enfrentar o racismo, que promovem a igualdade racial em todas as dimensões da vida social. Essa luta não diz respeito, exclusivamente, ao povo negro, mas representa um compromisso ético, civilizatório e histórico que interessa, cada vez mais, à sociedade como um todo.

Nesse sentido, a Estratégia PIA - Primeira Infância Antirracista, iniciativa do UNICEF Brasil em parceria com o Governo Federal, tem como objetivo apoiar a produção e disseminação de materiais informativos, pedagógicos e metodológicos que contribuam para a implementação de práticas antirracistas nos diferentes serviços de atenção a gestantes, bebês, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial e cultural do país, de modo interseccional.

O objetivo é chamar a atenção de profissionais da educação infantil, assistência social e saúde sobre os impactos do racismo no desenvol-

vimento infantil, além de garantir um atendimento qualificado e humanizado, que leve em consideração as especificidades étnico-raciais de cada infância e suas famílias, apoiando pais ou cuidadores a exercerem uma parentalidade protetiva e estruturante para fortalecer a base do desenvolvimento pleno desde o começo da vida.

Em novembro de 2023, no Dia da Consciência Negra e Dia Mundial da Criança, o UNICEF Brasil firmou um Memorando de Intenções com o Governo Federal, por meio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), do Ministério da Educação (MEC), do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), sob a coordenação do Ministério da Igualdade Racial (MIR). A Portaria Interministerial 7, de 10 de junho de 2025, instituiu o Comitê Gestor para implementar a PIA em nível nacional.

A estratégia está contemplada no Plano de Ações Estratégicas do Comitê pela Primeira Infância, no âmbito da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, dentro do eixo Viver com Direitos, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da equidade racial desde o nascimento.

Ao longo dos anos, a estratégia vem se consolidando e agregando novas parcerias nas instâncias dos setores públicos e privados, além do diálogo e construção conjunta com a sociedade civil. Como resultado da experiência acumulada, agora é o momento de potencializar o re-

³Disponível em https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/10/WP-7_Racismo-Educ-Infantil-e-Desenvolvimento-da-Primeira-Infancia.pdf

conhecimento e a visibilidade em torno da pluralidade de infâncias racializadas no Brasil, dedicando um olhar especial à realidade das infâncias dos povos de comunidades e povos de terreiro.

Como esse material foi elaborado?

A construção de uma sociedade em que as crianças estejam livres do racismo, da discriminação e de todas as formas de violência é, necessariamente, um exercício coletivo e contínuo. Ao reconhecer a importância de garantir diversidade de perspectivas, experiências, vivências e saberes no debate, desde o início, o PIA promoveu espaços colaborativos e participativos para a elaboração de materiais político-pedagógicos.

Em 2022, o UNICEF Brasil realizou oito oficinas virtuais de cocriação, reunindo especialistas e representantes de organizações que atuam na pauta da primeira infância e na garantia dos direitos das populações negras e indígenas.

O resultado foi o lançamento de quatro cadernos temáticos em maio de 2023: 1. Primeiras infâncias negras e a saúde; 2. Primeiras infâncias negras e a educação infantil; 3. Primeiras infâncias indígenas; e 4. Primeiras infâncias negras e a assistência social. Todo esse material está disponível no site do UNICEF Brasil.

Para aprofundar as reflexões sobre as experiências e especificidades

das infâncias quilombolas, de povos de terreiro e comunidades tradicionais de matriz africana, foi realizado um novo ciclo de oficinas presenciais de cocriação entre agosto e setembro de 2025. As oficinas foram organizadas nos próprios territórios, valorizando o diálogo entre comunidades, especialistas, lideranças, representantes governamentais e organismo internacional.

Os novos cadernos foram divididos em dois blocos temáticos: Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades de Terreiro (PCTs). As discussões trouxeram reflexões fundamentais sobre abordagens e prioridades dentro dos temas propostos, voltados ao fortalecimento das políticas públicas para uma primeira infância plural, digna, inclusiva e antirracista.

Cocriação é um processo de construção coletiva e participativa que integra pessoas de fora da instituição ou empresa na idealização e desenvolvimento de um projeto, com o objetivo de reunir saberes comunitários e conhecimentos técnicos diferenciados para o conteúdo, ampliando as possibilidades de compreensão e ação, garantindo que diferentes modos de perceber o mundo sejam igualmente valorizados.



De onde partimos para esta conversa?

Para construir práticas antirracistas é preciso reconhecer, primeiramente, que o racismo é uma estrutura histórica, sistêmica e estrutural que se expressa nas relações sociais, nas instituições e nas políticas públicas. Ignorá-lo nos torna parte do problema e perpetua violências e exclusões. A transformação começa no reconhecimento da existência do problema, na tomada de posicionamentos e na adoção de práticas cotidianas e institucionais⁴. O antirracismo é uma luta de todos nós, independentemente da cor da pele ou etnia.

Nesse sentido, este caderno convida a refletir sobre conceitos, vivências e práticas que nos ajudarão a fortalecer ações concretas.

Identities

Quando você pensa na palavra “identidade”, o que vem à sua cabeça? Quais são as referências que você tem?

A palavra identidade remete ao conjunto de características, experiências e referências, como imagens, lembranças ou ideais, que ajudam a formar sua percepção sobre si mesmo, sobre os outros e sobre como as pessoas se relacionam socialmente.

Podemos compreender a identidade como um arcabouço que agrega raça, gênero, classe, territorialidade e etnia, contribuindo para a forma como indivíduos se percebem e são percebidos em diferentes contextos sociais.

Quando tratamos de raça, falamos sobre construções sociais e históricas, baseadas em parâmetros ideológicos, que organizam a hierarquização social em torno de valor e poder. Assim, esses marcadores identitários atravessam os corpos, as experiências e as vivências e são percebidos de distintas formas. Eles são importantes para pensarmos abordagens antirracistas, humanizadas, inclusivas e culturalmente sensíveis nos atendimentos e nos cuidados com crianças e famílias.

Ao longo da história, a categoria de raça foi posta para justificar desigualdades e violências. Tentativas de definir a origem das civilizações humanas e de encontrar afirmações científicas de hierarquização atribuíram o povo negro à base de padrões de inferioridade.

Espaços formais de educação reproduziram e consolidaram a manutenção de crenças fundamentadas na hierarquização, que define, por exemplo, os padrões de beleza a partir da racialização: torna tudo o que pertence ao povo negro como algo feio e inferior, como a cor da pele, o cabelo, os traços físicos, a cultura e os saberes. Uma ilustração desse cenário é a forma como a história da chegada dos povos africanos ao Brasil foi — e ainda é — narrada nas escolas: com insinuações a uma certa aceitação ou pouca resistência ao sistema escravocrata, minimizando resistências, negando protagonismo e reforçando marcas de inferioridade.

⁴“Racismo estrutural”, de Silvio de Almeida. Disponível em https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf

Hierarquização é a organização de pessoas, grupos ou objetos em escalas de valor ou relevância, através de categorias. Ela envolve sempre uma categorização que vai de baixo para cima, em que as posições que se encontram mais abaixo na escala são consideradas e percebidas como menos importantes ou valorizadas.

O antropólogo congolês Kabengele Munanga aponta que “é através da educação que a herança de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história”⁵. Se a identidade se constitui por aspectos sociais organizados na história e alimentados na memória coletiva, torna-se urgente fortalecer narrativas positivas, que estabeleçam novas relações identitárias, valorizando a cultura, os saberes e as experiências de grupos historicamente negados. É preciso reconstruir histórias e símbolos, promovendo outras narrativas que reconheçam e protagonizem a trajetória de pessoas negras, quilombolas, indígenas, de povos de terreiro, de pessoas ciganas e de comunidades tradicionais, antes invisibilizadas.

Ao longo de séculos, os padrões de identidade dominantes foram brancos e europeus, estabelecendo referências de valor a partir do olhar colonizador. Por exemplo, a Carta do descobrimento, de Pero Vaz de Caminha, é o primeiro registro oficial do colonizador e descreve os povos indígenas de forma exótica e hierarquizada, naturalizando a visão europeia:

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.”

Apesar de se tratar de uma terra já existente e habitada, e que já era

povoada por diferentes etnias indígenas com seus costumes, crenças, culturas e práticas, as referências europeias eram, para Caminha, a medida de todas as coisas.

Na publicação “Educação infantil, igualdade racial e diversidade”, Cida Bento aponta que as crianças estão atentas ao que é socialmente valorizado ou desvalorizado, reconhecendo as características físicas visíveis que são bem aceitas ou não. Dessa forma, as crianças brancas, desde muito cedo, tendem a se sentir confortáveis com suas características físicas e, conseqüentemente, não apresentam o desejo de ter outro cabelo, outro nariz, outra cor. É comum se declararem bonitas, enquanto crianças negras estão constantemente desconfortáveis em suas condições raciais, como se fossem feias.

Essas percepções se manifestam em interações cotidianas e se reproduzem nas brincadeiras, na leitura de histórias infantis pautadas na herança literária e no reforço dos padrões europeus de beleza, bem como na reprodução dessas dinâmicas nos brinquedos, nos personagens infantis e no faz de conta, influenciando a construção da identidade e da autoestima.

O efeito cumulativo dessas experiências pode gerar sensações de inferiorização, reforçando hierarquias sociais que afetam a vida e o desenvolvimento. Tais interpretações também vão se aplicando em outros campos, como no afeto recebido, no acolhimento ou nas formas que as demandas trazidas pelas crianças são tratadas pelos adultos que lidam com elas cotidianamente. Reconhecer essas dinâmicas é essencial para planejar práticas educativas, culturais e de cuidado que promovam igualdade, respeito à diversidade e fortalecimento da identidade positiva de todas as crianças.

Branquitude

Durante muito tempo, os estudos sobre populações negras, indígenas e outros grupos étnicos não brancos foram conduzidos majoritariamente por pesquisadores brancos, a partir de referenciais eurocentrados, sem a participação direta desses povos como sujeitos e produtores de saberes sobre si. Estudar o outro ocupando um lugar de superioridade da zona de conforto, quando não guiada pela ética, pela alteridade, pelo cuidado e pelo compromisso com a equidade, tende a reproduzir posições de superioridade e distanciamento.

Quando o termo branquitude aparece em uma conversa sobre racismo, o que ele faz você pensar? Que reflexões provoca em você?

Esse conceito se refere ao lugar social, histórico e cultural das pessoas brancas dentro de uma sociedade estruturada pelo racismo, uma posição que oferece privilégios materiais e simbólicos que podem ser invisíveis para quem o ocupa.

Desde a expansão colonial europeia, ser branco passou a ser tomado como sinônimo de ser universal. O mundo foi moldado a partir de referenciais brancos, sem precisar de explicação para o que é ser branco, já que tudo partia desse lugar. Assim, tudo que fugisse desse padrão precisou ser justificado, enquadrado ou negado.

A história da arte, por exemplo, condicionou os nossos olhares a visualizarem imagens brancas e até as representações cotidianas consolidaram esse modelo: corpos, rostos e narrativas brancas tornaram-se a medida do belo, do civilizado e do humano.

Dessa forma, normalizou-se a hierarquia e naturalizou-se o fato de pessoas brancas ocuparem lugares financeiramente superiores em

relação às pessoas negras e indígenas. Essa desigualdade é dada como se fosse algo natural, quando, na verdade, foi construída por meio de violências e opressões com base no racismo. Essa é a construção da superioridade branca a partir da escravização de pessoas negras.

Quando se discute racismo e os brancos dizem que não têm lugar de fala, essa é uma forma confortável de manter a prática racista. De modo oposto a esse discurso, na realidade, pessoas brancas têm um lugar extremamente importante no debate, já que podem, por exemplo, conversar com outros brancos sobre branquitude e o legado de segregação racial.

Dos 12 milhões de pessoas sequestradas dos países africanos, 10 milhões chegaram aos países onde foram escravizados. Desse grupo, 4,8 milhões chegaram ao Brasil. É o maior número de toda a diáspora africana nas Américas. O país teve o maior número de negros escravizados, distribuídos por todo o território brasileiro.

Vale salientar que o Brasil foi o último país no Ocidente a abolir o comércio de escravizados e o fez sem qualquer política de reparação ou inclusão social. A “liberdade” foi concedida, mas sem dinheiro, emprego, moradia ou qualquer tipo de planejamento que os permitissem construir uma vida digna e de oportunidades. Essas marcas estruturais se refletem até hoje na vida social, econômica e política do país.

Ao longo do caminho, os saberes, as produções e os conhecimentos das pessoas negras foram, em muitas situações, paternalizados pelas pessoas brancas. Um exemplo é o embranquecimento em ilustrações de algumas figuras negras de crucial importância em diferentes

campos, como Machado de Assis, Chiquinha Gonzaga, Nilo Peçanha e até Jesus Cristo.

Quantas vezes você se deparou com uma pessoa branca dizer que não tem culpa de ter nascido branca e, por isso, não reconhece os privilégios a que ela tem acesso cotidianamente? Reconhecer o lugar da branquitude não é sobre culpa, mas sobre responsabilidade. É compreender como esse sistema opera e se comprometer com a transformação.

A realidade nos mostra que os privilégios estão em diferentes espaços: na presença majoritária de pessoas brancas nas universidades públicas (mesmo com as cotas raciais), na maior concentração de população de alta renda e nos maiores índices de representantes nas instâncias de poder no Brasil, para citar alguns exemplos.

Privilégio é a vantagem histórica e simbólica ou direito atribuído a um indivíduo ou a um grupo em detrimento dos demais, que se mantém independentemente do esforço individual de cada pessoa.

Essas condições mostram como se dá a manutenção de privilégios pela população branca, por mais que muitos tentem justificar tais conquistas como meritocracia. Entretanto, em uma sociedade tão desigual como a brasileira, é impossível afirmar que todos os indivíduos têm condições de prosperar somente por mérito ou capacidades individuais. As condições sociais, econômicas e psicológicas são fundantes, e se reconhecer como uma pessoa privilegiada é um passo importante para se tornar aliada na luta antirracista.



Fonte: <https://twitter.com/gzhdigital/status/1284072855026585601>

Falar sobre racismo também é coisa de branco! Essa frase pode parecer dura, mas, se foram os antepassados brancos que criaram o sistema de escravização de negros e o racismo — que se mantém ao longo da história, assumindo novas formas sistêmicas —, também é papel das pessoas brancas questionar e dialogar entre si para entender como esse sistema opera na prática, além de implementar práticas de enfrentamento e reparação dessa realidade.

Racismo estrutural, sistêmico e institucional

O racismo se sustenta em um conjunto de práticas e ideias que colocam uma raça ou etnia em posição socialmente privilegiada, de vantagem sobre outras, gerando formas opressoras e desfavoráveis. Essas práticas não se limitam a ofensas diretas ou atitudes explícitas. Muitas vezes, o racismo se revela de forma silenciosa, com um indivíduo exaltando a própria raça ou etnia para diminuir as demais, com gestos, comentários, omissões ou oportunidades negadas. Por vezes, essas expressões do racismo ocorrem inconscientemente e atravessam o cotidiano, moldando as relações sociais e se manifestando nas estruturas sociais, nas instituições e nos sistemas de poder que organizam a vida em sociedade.

Racismo estrutural

No dicionário, o conceito da palavra estrutura se refere àquilo que dá sustentação a alguma coisa; “armação; arcabouço. Na prática, se retirarmos a base de uma estrutura, o que está construído sobre ela desmorona.

Essa referência simbólica é importante para reconhecer que o racismo não é um desvio ou algo pontual, mas parte do próprio alicerce

que organiza a sociedade brasileira. Logo, o racismo é estrutural, atuando em distintos espaços de poder e nas relações sociais, tanto no espaço público, quanto no privado. É um sistema que organiza desigualdades, portanto, tem caráter intencional e estruturante.

Alguns dados nos ajudam a visualizar como o racismo estrutural se apresenta no Brasil:

1. De acordo com o estudo de Pobreza Multidimensional da Infância e Adolescência no Brasil (2017 a 2023), produzido pelo UNICEF, as taxas de privação às dimensões básicas de bem-estar — como renda, educação, moradia e segurança alimentar — permanecem bem mais altas para crianças e adolescentes negros que para crianças e adolescentes brancos, destacando disparidades raciais. Entre as crianças negras, 63,6% enfrentam algum tipo de privação⁸, e 23,4% vivem em privação extrema.
2. Entre as crianças brancas, os percentuais de privação são 45,2% e de privação extrema, 12,3%⁹.
3. O mesmo estudo mostra que crianças negras enfrentam mais privações na educação, com alta desigualdade racial no indicador de analfabetismo. Em 2024, o total de pessoas negras analfabetas chegou a 6,7 milhões, número três vezes superior ao de pessoas analfabetas brancas¹⁰.
4. Por meio da Estratégia da Busca Ativa Escolar, o UNICEF Brasil identificou que o número de crianças e adolescentes que não frequentam a escola é mais elevado entre pretos, pardos e indígenas para todos os grupos etários¹¹. Nos primeiros anos de vida, o percentual de crianças negras (pretas e pardas) e indígenas que frequentam

⁸ O estudo analisa oito dimensões essenciais da vida de crianças e adolescentes - renda, educação, acesso à informação, água, saneamento, moradia, proteção contra o trabalho infantil e segurança alimentar - e aplica uma metodologia que diferencia privação intermediária, privação extrema ou nenhuma privação referente aos níveis de acesso a essas dimensões.

⁹ Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil - 2017-2023, disponível em <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2017-2023>

¹⁰ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7112>

a pré-escola é de 91,9%, valor inferior aos 93,5% de crianças brancas e amarelas na mesma situação¹². A realidade se estende até o ensino médio, em que é três vezes maior o número de pessoas negras de 14 a 29 anos que não frequentaram a escola e que a frequentaram, mas não completaram o ensino médio¹³.

5. Embora a proporção de pessoas negras acima de 25 anos com ensino superior completo tenha crescido 5,8 vezes entre 2000 e 2022, ainda equivale à metade da proporção de pessoas brancas (era de 2,1% e chegou a 11,7%). A população parda com esse nível de ensino cresceu 5,2 vezes, variando de 2,4% em 2000 para 12,3% em 2022. Mesmo com o crescimento, as desigualdades permanecem, uma vez que, ao compararmos com a população branca, houve elevação de 9,9% em 2000 para 25,8% em 2022, o que representa mais que o dobro do observado entre pretos ou pardos¹⁴.

6. O maior percentual de pessoas com 25 anos ou mais sem instrução e com ensino fundamental incompleto estava entre os marcadores de cor ou raça preta (40,5%) e parda (40,1%). Nos dados desagregados de cor ou raça branca da mesma faixa etária, a proporção de pessoas sem instrução com ensino fundamental incompleto era de 29,2%.

7. No mercado de trabalho, de acordo com a PNAD Contínua (2024)¹⁵, o rendimento médio mensal das pessoas pretas e pardas foi quase 50% inferior ao das pessoas brancas. Ainda assim, a população negra (preta e parda) constitui a maioria das pessoas ocupadas no país¹⁶, o que evidencia uma contradição estrutural persistente no acesso a oportunidades e na valorização do trabalho: pessoas negras são maioria na força de trabalho, mas continuam recebendo menos;

8. O Panorama da Violência Letal e Sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2023) também revela o impacto da desigualdade racial. Para cada 100 mil habitantes entre 0 e 19 anos, são assassinados 18,2 meninos negros, enquanto a taxa de mortalidade para o mesmo grupo entre meninos brancos representa 4,1 por 100 mil. Isso significa dizer que o risco relativo de um adolescente negro ser assassinado no Brasil é 4,4 vezes superior à de um adolescente branco. Quando analisada a questão de gênero, um menino negro tem 21 vezes mais risco de ser vítima de um homicídio que uma menina branca¹⁷.

9. Do total de vítimas de Morte Violenta Intencional (MVI), 13.829 (91,6%) estão na última faixa etária, entre 15 e 19 anos. Além disso, 90% das crianças e adolescentes de 0 a 19 anos vitimadas são meninos e 82,9% são negros. O perfil majoritário de vítimas letais no Brasil, portanto, continua sendo adolescente, masculino e negro¹⁸.

10. De acordo com o Fórum Nacional de Segurança Pública (2025), a violência sexual atinge majoritariamente meninas e mulheres negras no Brasil: 55,6% das vítimas de estupro e estupro de vulnerável são negras.

11. A pobreza no Brasil também tem cor: 69% das pessoas registradas no Cadastro Único são pretas ou pardas, o que equivale a 65 milhões de pessoas¹⁹.

12. Mulheres negras são a maior parte das vítimas de violência obstétrica no Brasil. A análise da distribuição da mortalidade materna no Brasil segundo a cor da pele mostra que a situação é ainda mais dramática e injusta entre as mulheres pretas em comparação com as brancas e, até mesmo, com as pardas. Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, no período de 2015 a 2022, demonstram que

¹¹ UNICEF, disponível em <https://buscaativaescolar.org.br/municipios>

¹² Painel “Desigualdades na garantia do direito à pré-escola”, disponível em <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/desigualdades-direito-preescola/>

¹³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7216#resultado>

¹⁴ IBGE. Censo 2022: proporção da população com nível superior completo aumenta de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022. Agência de Notícias IBGE, 17 jul. 2024.

¹⁵ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7441#resultado>



as mulheres brasileiras pretas tiveram um risco de morrer em torno de duas vezes maior que as brancas.

13. De acordo com os dados mais recentes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase, 2025), 72,9% dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são negros. Essa realidade marginaliza a juventude negra e periférica, em flagrante contradição com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com as recomendações da Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT) e com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.

Todos esses dados ajudam a entender que o racismo ocupa as estruturas da sociedade e das instituições brasileiras, buscando naturalizar o que não é natural, mas construído socialmente. Esses números não são coincidência, são um padrão histórico e persistente de desigualdade racial. Para a escritora Cida Bento²⁰, a ideia de supremacia enraizada na branquitude perpetua uma relação de dominação de um grupo sobre outro, seja na política, na cultura ou na economia, assegurando privilégios para uns e, no caso de negros e indígenas, péssimas condições desiguais de vida, de trabalho, de segurança e até a morte.

Supremacia é uma superioridade completa e que não se pode contestar. No caso da supremacia ligada à branquitude, trata-se de uma forma de racismo centrada na ideia de que as pessoas de raça branca são superiores às pessoas de outras origens raciais e que, portanto, devem governar politicamente, economicamente e socialmente os demais.

Racismo sistêmico

O racismo não é apenas uma ação individual. Ele precisa ser visto como um conjunto de ações que se alimentam e se retroalimentam, portanto, compreendido como uma visão sistêmica, um conjunto de engrenagens sociais que mantêm e reproduz desigualdades raciais. Assim, quando pensamos no racismo, é necessário considerar sistemas racializados, ou seja, todo um conjunto de instituições, grupos e serviços que normalizam e colaboram para a manutenção dessa dinâmica social.

A mídia, a economia, o sistema educacional e de justiça e as instituições legais são responsáveis por oferecer a ideologia necessária para a naturalização dessas práticas. São o que dá o tom à manifestação do racismo, podendo se apresentar de maneira velada ou explícita: pela falta de representação de pessoas negras nas universidades; em cargos de lideranças ou gestão em empresas; no mercado formal de trabalho com salários mais elevados; em cargos políticos e outros cargos importantes.

Segundo IBGE, o atraso escolar é maior entre pretos e pardos. A proporção de jovens pretos ou pardos que não frequentavam e não haviam concluído a etapa ideal foi de 70% em 2024²¹, contribuindo para a ausência de pessoas negras nos espaços citados anteriormente, organizando a manutenção da pobreza, da extrema pobreza e da miséria a que essas populações estão submetidas intergeracionalmente.

Racismo institucional

Após aprofundar o entendimento sobre racismo estrutural e sis-

¹⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7431#resultado>

¹⁷ Panorama da Violência Letal e Sexual contra crianças e adolescentes no Brasil <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil-2021-2023>

¹⁸ Idem

¹⁹ Observatório do Cadastro Único, disponível em <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>

têmico, você pode estar se perguntando como ele se manifesta na prática: aqui é que se encontra o racismo institucional. Ele ocorre dentro das organizações e instituições por meio de desigualdades reproduzidas de forma consciente ou inconsciente, que influenciam a maneira como pessoas negras são tratadas, acolhidas ou atendidas. Em outras palavras, o racismo institucional se expressa nos comportamentos, práticas e normas que, baseadas em discriminação racial, orientam as ações cotidianas de profissionais e estruturas institucionais. Manifesta-se, por exemplo, quando uma criança negra não é acolhida na escola por causa da cor ou do local de origem; quando uma mulher negra é atendida com descaso em um serviço de saúde; ou quando um menino negro é seguido por seguranças em um espaço comercial apenas por ser negro.

Vieses inconscientes do racismo

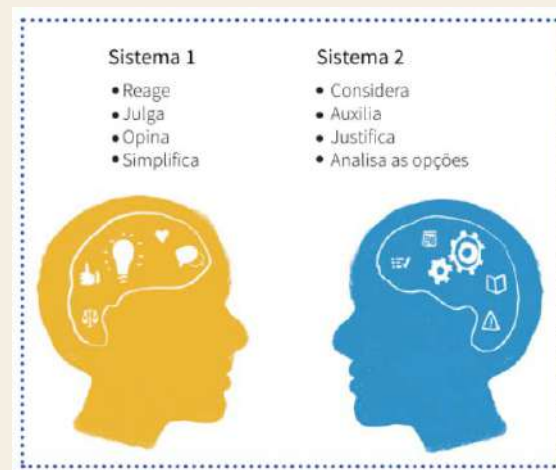
Você já parou para pensar que, em muitas situações, as atitudes e os pensamentos que temos são guiados por padrões mentais automáticos e não por julgamentos baseados na racionalidade? A forma como nos relacionamos com as outras pessoas em diferentes âmbitos e espaços pode estar intimamente ligada aos chamados vieses inconscientes: práticas discriminatórias baseadas em gênero, raça, orientação sexual, classe social, deficiência, origem étnico-cultural ou pertencimento a povos originários, comunidades tradicionais e de matriz africana; atitudes preconceituosas; e a exclusão de grupos socialmente vulnerabilizados.

Os vieses inconscientes são conjuntos de associações elaboradas desde a primeira infância, por meio das vivências e aprendizados baseados na cultura e no ambiente. Eles influenciam a forma pela qual o indivíduo percebe, interpreta e age em relação às outras pes-

soas, a partir dos estereótipos e de forma enviesada, sem perceber. Eles se apresentam como pensamentos tendenciosos no cotidiano sobre um determinado grupo de pessoas, que acabam por nos levar a decisões ou comportamentos estigmatizantes e prejudiciais.

Por mais que tentemos negá-los ou assumir a ideia do “sem querer”, todos nós apresentamos vieses inconscientes e, para enfrentá-los, é preciso reconhecer sua existência e tentar mudar essas tendências comportamentais.

Na prática, eles ocorrem da seguinte forma: nosso cérebro reconhece padrões que, teoricamente, nos ajudam a entender as situações cotidianas e o mundo à nossa volta, facilitando a leitura das situações diárias. Essa leitura cognitiva se organiza em torno de dois subsistemas diferentes que atuam de forma complementar, conforme a imagem abaixo:



Fonte: Inspirado em um quadro retirado do site <https://rbtcss.medium.com/https-medium-com-rbtcss-vies-inconsciente-nas-interfaces-conversacionais-608c247b05af>

²⁰ “O Pacto da Branquitude”, de Cida Bento. Companhia das Letras, 2022.

²¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>

²² Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina “Vieses inconscientes”, de PWC, Inesper, Mulher 360 e Onu Mulheres. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Vieses_inconscientes_16_digital.pdf

O sistema 1 está ligado ao inconsciente e atua de maneira automática, rápida e intuitiva. Entretanto, o funcionamento desse sistema pode ser controlado pelo sistema 2, mais analítico, que racionaliza, pondera e considera uma possível ação impulsiva dos vieses inconscientes presentes no nosso cérebro. Esses vieses afetam, sobretudo, a possibilidade da diversidade em todos os espaços, uma vez que atuam a partir da homogeneidade, na perspectiva de padronizar. Com isso, quanto maior for o controle exercido pelo sistema 2, melhor será a qualidade de tomada de decisões do indivíduo²³, de forma justa, inclusiva e livre de preconceitos.

Os vieses inconscientes assumem diferentes formas, e alguns deles têm grande potencial para influenciar negativamente as escolhas que fazemos, especialmente no modo como lidamos com outras pessoas. São eles:

1) Viés de afinidade: a tendência de avaliar melhor aqueles que se parecem conosco.

Exemplo: pessoas brancas que contratam apenas outras pessoas brancas para vagas e cargos no mercado de trabalho.

2) Viés de percepção: quando as pessoas acreditam e reforçam estereótipos que não estão ligados aos fatos.

Exemplo: pessoas que, sem nenhuma base científica, acreditam que crianças negras têm menos capacidade de aprendizado que crianças brancas.

3) Viés confirmatório: disposição para procurar apenas informações que confirmem nossas hipóteses iniciais e ignorem outras que coloquem em xeque nossas crenças.

Exemplo: quando desconsideramos notícias positivas sobre as religiões de matriz africana como forma de reforçar a superioridade de dogmas cristãos da herança europeia.

4) Viés de auréola: propensão de, a partir de uma só informação positiva ou agradável, ser muito mais disposto a avaliar positivamente o restante das informações, de forma generalizada, mesmo que não o sejam.

Exemplo: pessoas que julgam ser desnecessárias as políticas afirmativas como as cotas universitárias para negros, usando como argumento a ascensão de alguns poucos a esses espaços sem o uso de tal direito.

5) Efeito de grupo: tendência de seguir o comportamento do grupo para não se desviar do padrão vigente.

Exemplo: a prática de alisamento de cabelos crespos, o uso de perucas lisas e a raspagem de cabelos masculinos, valorizando padrões estéticos eurocentrados.



²³ Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina “Vieses inconscientes”, de PWC, Insper, Mulher 360 e Onu Mulheres. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Vieses_inconscientes_16_digital.pdf

Sobre as primeiras infâncias de terreiro




Na velha aldeia de Ifá, onde reinava a harmonia, todo o povo vivia em grande alegria. Até o dia em que Ikú (a Morte) decidiu levar a vida das pessoas antes da hora... A Morte não cedia! Ninguém conseguia escapar de suas armadilhas, e a aldeia chorava em agonia. Mas então os travessos Ibejis, crianças gêmeas de riso solto e grande valentia, resolveram aprontar uma das suas: eles pegaram um tambor mágico e ficaram à espreita, esperando a Morte passar. Quando ela se aproximou, um deles começou a tocar o tambor, com tanta beleza e vigor, que a Morte não aguentou e caiu na dança. Ela não conseguia mais parar! Dançava e dançava e dançava, até não mais aguentar. E o tambor? Tatata, tatata, tatata — sem parar! Pois os espertos gêmeos trocavam de lugar, e assim a música estava sempre a continuar, sem dar chance da Morte descansar. Por fim, ela não aguentou, e suspirou: “— por favor, por favor, me deixe respirar! Eu faço tudo para esse tambor parar de tocar!”. Os Ibejis então disseram que ela deixasse a aldeia em paz — e a Morte concordou, prometendo só levar as pessoas quando fosse realmente a hora. Assim, os Ibejis salvaram a aldeia e foram recebidos com doces e festas, sendo reconhecidos como grandes orixás.

(Itan de tradição yorubana)

Os itans são narrativas sagradas, que contam histórias dos orixás. Este nos fala sobre o poder da alegria e das brincadeiras das crianças, capazes de triunfar nos cenários mais desoladores e vencer as maiores ameaças. Essa história, como tantas outras, vem sendo contada há centenas de anos e mantida viva pelas pessoas que fazem parte dos povos e comunidades tradicionais de terreiro e de matriz africana no Brasil.

Afinal, o que são comunidades de terreiro?

As comunidades de terreiro reúnem saberes e tradições das religi-



ões de matrizes africanas e indígenas, como umbanda e candomblé, transmitidos, sobretudo, pela oralidade, experiência e vivência cotidiana.

O terreiro vai além de um espaço físico de culto²³: é uma unidade familiar que acolhe a família de santo, preserva tradições culturais e funciona como polo de assistência social e educação comunitária. O terreiro²⁴ pode ser compreendido como um território político e social, expressão da cultura negra afrodiaspórica e afroindígena, na qual o sagrado tem um papel central na afinidade e conexão afetiva entre sujeitos que vivem nessas comunidades.

Conforme o Código 203 do Cadastro Único (CadÚnico), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o terreiro é patrimônio imaterial, local em que práticas, conhecimentos, técnicas, expressões, instrumentos, objetos e artefatos são reconhecidos pela comunidade como parte integrante do patrimônio cultural transmitido de geração a geração, com sentimento de identidade e continuidade. É também um espaço promotor da saúde e cura complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme dispõe a Resolução 715, de 20 de julho de 2023, do Conselho Nacional de Saúde.

A partir das múltiplas dimensionalidades desse campo conceitual, é importante compreender que, como tradição afrodiaspórica, essas comunidades simbolizam o fruto da beleza e da potência da população afrodescendente, que se fazem presentes ao longo dos séculos, apesar da violência imposta pelo colonialismo e pelo racismo contínuo. Elas são, também, alicerces da história do Brasil e referências de organização social, cuidado comunitário, educação de crianças e transmissão de valores, pertencimento e memória.

Durante o período do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, diversos grupos africanos foram deslocados compulsoriamente para o território que viria a constituir o Brasil. Inicialmente, predominavam populações oriundas da região da Costa Ocidental, em especial das áreas que hoje conhecemos como Senegal e Serra Leoa, que foram levadas para Pernambuco e Bahia. No século 16, intensificou-se a chegada de indivíduos identificados, em termos amplos, como pertencentes aos conjuntos etnolinguísticos banto. Esse traslado se estendeu até o século 18. Mais tarde, no final do século 18, começaram a ser escravizados também grupos da chamada Costa da Mina, região que hoje inclui os países Benin, Nigéria e Togo.

Esses fluxos resultaram na presença, no Brasil, de uma diversidade de saberes, sistemas políticos, formas de organização social, expressões religiosas e práticas culturais de distintas proveniências africanas, cuja dinâmica de rearticulação ocorreu em contextos de violência, resistência e recriação coletiva. Somaram-se, ainda, as trocas e os aprendizados dos povos indígenas originários desta terra, com quem as populações africana e afrodescendente dividiram o cativeiro.

A maioria dessas pessoas de origem africana pertencia a diferentes grupos étnicos, como os cambinda, bakongo, nagô, jeje, fanti, axanti, hauçá (ou malê), kanúri, tapa e grunci. No Brasil, o termo nagô, por exemplo, passou a ser usado para se referir a todos os grupos que falavam a língua iorubá, como os keto, egbá, egbado, sabé, ijexá, ijebu e oyó — nomes que correspondem aos antigos reinos africanos em que viviam²⁵.

A grande diversidade de origens e culturas resultou nas diferentes nações do candomblé, que reúnem tradições, línguas e linguagens

²³ Também conhecido como Ilê, Roça, Casa.

²⁴ GOMES, João. Territórios de Terreiro e Proteção da Identidade Negra. 2020.

²⁵ Fonte: “Escravidão no Brasil: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros”, de Márcia Sant’Anna. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Escravidao_no_Brasil.pdf.

herdadas da África e preservadas no Brasil, mantendo vivas as raízes dos povos que as criaram.

A pesquisadora Márcia Sant’Anna lembra que, no continente africano, as diversas práticas espirituais eram muitas e se organizavam predominantemente a partir de vínculos territoriais, linhagens de famílias ancestrais e laços comunitários, variando conforme cada povo, língua e trajetória histórica. No Brasil, diante das violências da escravização e da diáspora forçada, essas práticas foram recriadas de modo coletivo em um conjunto de saberes, articulando formas de resistência e preservação de diferentes memórias.

Desse processo de continuidade e reinvenção, nasceu o que reconhecemos como terreiro. Portanto, os terreiros surgiram como criações afro-brasileiras, desenvolvidas pelas pessoas africanas e os descendentes que viveram sob a dura realidade da escravização. Nesses espaços, elas conseguiram reunir e adaptar à realidade brasileira diversas tradições religiosas africanas, criando novas formas de culto e instituições que respondiam às condições e desafios da vida no Brasil.

É válido lembrar que o sistema escravista utilizou múltiplas e perversas táticas, entre elas o apagamento da identidade cultural, dos nomes originários, de práticas espirituais e de todo o passado dos povos africanos. Os traficantes e senhores de escravizados dominavam os registros e desumanizavam a população africana, tratando-a como mercadoria.

Os povos e comunidades tradicionais de terreiro e de matriz africana no Brasil foram, e são, essenciais para reafirmar a humanidade e a dignidade de seus membros, atuando como territórios legítimos

de resistência cultural e celebração espiritual, nos quais se mantêm vivos os valores, saberes e práticas herdadas da África.

Nos terreiros, a religiosidade se une à convivência comunitária, à solidariedade, ao respeito aos mais velhos e ao cuidado coletivo das crianças como portadoras de axé e futuro, fortalecendo a identidade cultural e o sentimento de pertencimento dos membros. São casas de educação, cuidado e acolhimento, que reafirmam a dignidade e a força do povo negro diante das tentativas históricas de apagamento e discriminação, além de espaços sagrados.

Diante das proibições impostas pelo projeto colonial católico à espiritualidade africana, pessoas africanas e afrodescendentes estabeleceram estratégias a exemplo do sincretismo religioso, por meio de aproximações simbólicas de inquices, voduns e orixás a figuras do catolicismo, como forma preservar a fé e as tradições. Assim como as comunidades quilombolas, os terreiros funcionaram como locais em que pessoas sequestradas do continente africano puderam preservar as próprias tradições, histórias e formas de estar no mundo, rompendo com as violências impostas, mesmo sob vigilância e punições.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) oferece uma conceituação ao registrar os terreiros como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. O Iphan os define como unidades socioculturais e político-territoriais complexas, onde se articulam uma cosmologia, uma organização social específica e uma pedagogia própria²⁶.

O terreiro é visto, então, como um universo próprio, no qual se expressa a forma afro-brasileira de entender e estar no mundo. É nele

²⁶ IPHAN. Dossiê de Registro dos Saberes, Práticas e Lugares dos Terreiros de Candomblé na Bahia. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/patrimonio-cultural-imaterial/dossie-terreiros-de-candomble-da-bahia.pdf>

que se concentra e se espalha a energia vital que mantém a vida, o axé²⁷. Portanto, é importante compreender que o conceito de comunidades de terreiro tem dimensões legal, religiosa, histórica, cultural e política. Elas são, fundamentalmente, guardiãs de valores transmitidos pela oralidade e experiência. Há séculos, preservam e demarcam o patrimônio cultural afro-brasileiro.

O Brasil é de matriz africana

kindezi wasâdulwa, kindezi una sâdila

alguém cuidou de sua criança, você cuidará da criança de alguém²⁸

(provérbio bantu)

No carnaval de 2020, a Escola de Samba Acadêmicos do Grande Rio emocionou o público com o enredo “Tata Londirá: o Canto do Caboclo no Quilombo de Caxias”, uma homenagem ao Babalorixá Joãozinho da Goméa, importante liderança do candomblé. Com um desfile que celebrou a espiritualidade afro-brasileira, o samba-enredo entoava “Pelo amor de Deus, pelo amor que há na fé / Eu respeito seu amém / Você respeita o meu axé”.

“Respeite o meu axé” é hoje um popular e poderoso chamado das tradições de matriz africana — que estão intrinsecamente conectadas com o carnaval e outras manifestações populares de arte, fé e luta contra o racismo.

O Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE²⁹, mostrou uma grande mudança na diversidade religiosa do Brasil. Embora os evangélicos continuem crescendo — passando de 21,7%, em 2010, para 26,9%, em 2022 — o ritmo de crescimento diminuiu pela primeira vez desde 1960. Já a proporção de católicos seguiu em queda, recuan-

do de 65% para 56,7% no mesmo período.

As religiões de matriz africanas são as religiões com maior crescimento no Brasil. Entre 2010 e 2022, as pessoas que se autodeclaram pertencentes às comunidades de terreiro triplicaram. Isso significa que elas representam cerca de 1% da população brasileira, aproximadamente 2 milhões de pessoas³⁰. Dessas, a maioria é preta e parda (56,4%), seguida pela população de cor branca, que representa 42,9% dos praticantes de religião de matriz africana. Além disso, 71% dos municípios brasileiros têm comunidades de terreiro em seus territórios, o que significa mais de 4 mil municípios.

Os dados indicam que o país vive um momento de pluralidade religiosa, no qual diferentes crenças e formas de espiritualidade ganham mais visibilidade e espaço na sociedade brasileira. Esse crescimento revela não apenas a expansão numérica, mas a luta por reconhecimento social dessas tradições historicamente marginalizadas. Ao se declararem publicamente adeptas às religiões de matriz africana, muitas pessoas estão enfrentando o racismo religioso e, efetivamente, construindo uma sociedade mais diversa, inclusiva e que valoriza a herança cultural africana no Brasil.

Essas mudanças também se refletem nos dados sobre raça e identidade do Censo de 2022, que revelam importantes avanços na consciência racial e na valorização da negritude. A população que se autodeclara preta cresceu 42% (passou de 7,6% para 10,2% do total), e os pardos passaram a constituir o maior grupo racial do país (45,3%), superando, pela primeira vez, os brancos.

A produção do epistemicídio³¹ (destruição e exclusão sistemática de conhecimentos, saberes e culturas de grupos específicos) foi

²⁷ Segundo Mãe Stella de Oxóssi, “A palavra axé em nossa religião passou a ter vários significados: o local de culto tem esta denominação (“amanhã vou para o axé”); a resposta recebida quando se deseja algo de bom para o outro, como se fosse “que assim aconteça”; tornou-se até a representação da música baiana — “Axé Music”. Mas, para os Iniciados do Candomblé, Axé significa, principalmente, força, poder, energia. E é este o objetivo maior do Iniciado, adquirir cada vez mais axé, para melhor praticar a Lei Universal do serviço, para melhor servir ao mundo”. Fonte: Meu tempo é agora, 1991.

²⁸ Retirado de texto sobre kindezi (a arte bakongo de cuidar das crianças), de Mô Maiê. Disponível em: <https://terreirodegriots.blogspot.com/2018/08/kindezi-arte-do-cuidado-da-crianca-e-do.html>

uma política de Estado por, pelo menos, quatro séculos no Brasil, mas as comunidades negras sobreviveram, cresceram e continuam se desenvolvendo. O aumento da autodeclaração de pessoas que se identificam como de religiões de matriz africana mostra que, efetivamente, “a água sempre encontra um meio”³².

Esse movimento está profundamente ligado à luta antirracista da sociedade civil brasileira, que vem fortalecendo o reconhecimento das identidades negras e afro-religiosas como parte fundamental da história e da cultura nacional.

A ampliação do orgulho em se afirmar negro e praticante de religiões de matriz africana — o que outrora foi motivo de vergonha para muitos —, demonstra uma reconquista simbólica e política da identidade, resultado direto de décadas de mobilização coletiva em defesa da liberdade religiosa e do direito à plena expressão da ancestralidade africana no Brasil.

Os terreiros são protagonistas nessa mobilização, com atuação histórica na preservação das visões de mundo de origem africana. Segundo Denise Botelho e Wanderson Flor do Nascimento³³, são espaços fundamentais e reúnem um conjunto de valores, saberes e práticas que orientam a forma como os adeptos se relacionam com a vida, a comunidade, a ancestralidade e a natureza.

O que dizem as nossas leis?

O Estado brasileiro é laico desde a Proclamação da República, em 1889, quando foi estabelecida a separação entre a Igreja e o Estado. Isso significa que o governo não pode favorecer nem discriminar nenhuma religião, garantindo a liberdade de crença e de culto para

todas as pessoas. É papel do Estado assegurar que povos e comunidades tradicionais de terreiro e de matriz africana possam exercer suas tradições e rituais com dignidade.

Do ponto de vista jurídico e de reconhecimento estatal, destacam-se alguns marcos:



²⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

³⁰ 1.849.824 segundo os dados preliminares mais recentes divulgados no Censo do IBGE.

³¹ Epistemicídio se refere ao apagamento dos conhecimentos quando uma cultura se sobrepõe à outra.

³² Provérbio africano que mostra que é possível encontrar formas de atravessar os obstáculos, superar os desafios e sobreviver.

³³ Ẹkô láti sayé: Educação e resistência nos candomblés, 2020. Disponível em: Ẹkô láti sayé: Educação e resistência nos candomblés Revista Educação e Cultura Contemporânea <https://mestradoedoutoradoestacio.periodico.primeirainfanciaantirracista.com.br> >

Marcos nacionais

2007	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	O Decreto 6.040/2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecendo grupos culturalmente diferenciados, que se autorreconhecem, com formas próprias de organização social, ocupação de territórios e uso de recursos tradicionais e preservação de patrimônios culturais e espirituais singulares.
2009	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)	Instituída pela Portaria GM/MS 992/2009, tem como objetivo promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades raciais e o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS. Entre as diretrizes da PNSIPN, destaca-se a promoção do reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo os preservados pelas religiões de matrizes africanas.
2016	Reconhecimento das comunidades de terreiro como comunidades tradicionais	Nesse contexto, o Decreto Federal 8.750, de 2016, reconheceu formalmente as comunidades de terreiro como comunidades tradicionais, consolidando a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e incluindo expressamente os “povos e comunidades de terreiro” entre seus 28 segmentos.
2024	Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana	Posteriormente, o Decreto 12.278/2024 instituiu a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana, reafirmando o reconhecimento dessas comunidades como povos tradicionais e estabelecendo diretrizes intersetoriais para a garantia de direitos, valorização das culturas, enfrentamento ao racismo religioso e fortalecimento dos territórios de matriz africana.





Marcos internacionais

**1948 a
1966**

Para compreender plenamente a dimensão histórica e legal desse reconhecimento, é necessário considerar a trajetória internacional de proteção aos direitos de povos tradicionais e à liberdade religiosa. Desde a **Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948)**, que assegura a liberdade de consciência, crença e culto, até o **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966)**, que proibiu discriminação por raça, etnia ou religião, há um marco contínuo de salvaguarda de direitos civis e culturais.

**1972 a
2024**

Instrumentos como a **Convenção da Unesco para a Proteção do Patrimônio Cultural Mundial (1972)** e a **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003)** reforçam a proteção de saberes, rituais e tradições culturais, incluindo práticas afrodescendentes. A **Declaração da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença (1981)** e a **Conferência de Durban (2001)**, que reconheceu a escravidão transatlântica como crime contra a humanidade, consolidam políticas de proteção e reparação para afrodescendentes.

A **Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**, adotada em 1989 e em vigor desde 1991, define quais são esses povos e estabelece que os governos devem reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais e espirituais. Também determina que eles sejam consultados sempre que medidas públicas ou privadas possam afetá-los diretamente.

Mais recentemente, a **Década Internacional dos Afrodescendentes (ONU, 2015–2024)** reforçou a importância de preservar as culturas afrodescendentes e proteger comunidades tradicionais, incluindo os terreiros, como espaços de identidade, resistência e transmissão intergeracional.

Para entender a importância desses avanços legais, é necessário lembrar que, desde o primeiro Código Criminal do Império, de 1830, até a década de 1970, as práticas religiosas afrodescendentes eram criminalizadas e perseguidas. Existiam delegacias de costumes, que ficavam responsáveis tanto pela fiscalização — até mesmo emitindo autorizações ou alvarás para funcionamento das comunidades de terreiros — quanto por ações repressivas contra as comunidades e pessoas adeptas a elas. Na prática, realizar rituais, consultas, oferendas ou toques de tambor podia resultar em prisão, destruição de terreiros e apreensão de objetos sagrados. A participação das crianças ocorria apenas em segredo.





A Lei 6.437/1977 (Lei de Contravenções Penais) considerava contravenção penal o chamado curandeirismo e, assim, permitia perseguir líderes religiosos. Foi somente na década de 1990, após a Constituição Federal de 1988, que a prática do registro policial passou a ser majoritariamente extinta. Apesar de os terreiros terem obtido registros legais e algum reconhecimento público, ainda sofriam forte discriminação.

Conforme dito anteriormente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reconhece alguns terreiros como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, destacando a complexidade sociocultural e político-territorial desses espaços, bem como a cosmologia, organização social própria e pedagogia singular. Portanto, o reconhecimento legal vai além da esfera meramente religiosa: reconhece os povos de terreiro como grupos culturalmente diferenciados que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos tradicionais e conservam um patrimônio cultural imaterial singular. Essa definição é essencial para a elaboração de políticas públicas específicas que visam garantir direitos e combater a intolerância religiosa e o racismo estrutural.

Racismo religioso

O Babalorixá e Doutor em Semiótica, Sidnei Nogueira, define que o componente nuclear das violências praticadas contra as religiões de origem africana no Brasil é o racismo. Ele explica que o racismo religioso se trata da negação de uma forma de existir, de ser e estar no mundo, e “atinge a dimensão mais importante de uma pessoa e/ou coletividade: sua própria humanidade”.

Nogueira exemplifica isso ao discutir como o processo de demonização dos cultos de matrizes africanas caracteriza a negação da humanidade dos fiéis. Para além da intolerância religiosa — algo que acontece em diversos cultos, mas sem a dimensão de violência histórica do racismo —, falar sobre racismo religioso é reconhecer que a luta pelo respeito às religiões de matrizes africanas é, acima de tudo, uma luta pela afirmação da humanidade, da dignidade e do direito de existir em plenitude.

Essa realidade se manifesta desde a primeira infância, em diferentes contextos e espaços. No estudo *Respeite o Meu Terreiro: Mapeamento do racismo religioso contra os povos tradicionais de religiões de matriz africana (2022)*³⁵, realizado pela Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro) em parceria com o ilê Omolu Oxum, com escuta de 255 comunidades de terreiro em todo o território nacional, 91,7% das lideranças consultadas relataram ouvir que seus filhos e filhas de santo já sofreram alguma forma de racismo religioso.

De forma geral, relatórios e estudos mostram que as situações incluem proibições de uso de contas de culto ou participação em prá-

ticas de terreiro, questionamentos de conselheiros tutelares ou visitantes domiciliares sobre o direito ao pertencimento de terreiro, ameaça e perda de guarda sobre as crianças, além da negação do direito à iniciação e discriminação nos territórios e bairros nos quais os terreiros estão situados. O racismo religioso atravessa a infância e se manifesta tanto em espaços públicos, quanto em espaços privados, reforçando a necessidade de políticas de proteção, educação antirracista e valorização cultural.

Nesse sentido, é imprescindível aprimorar o acolhimento de gestantes e crianças de terreiros nos serviços de saúde e assistência social, por meio de ações que respeitem e valorizem as tradições, práticas e saberes religiosos dessas pessoas.



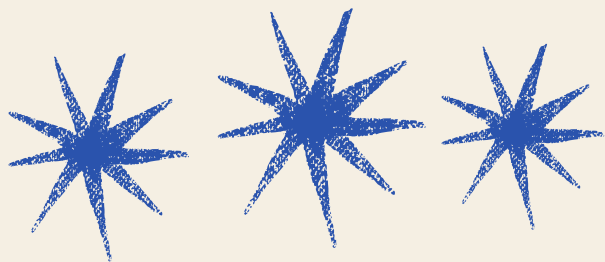
Mãe Gilda de Ogum e o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa

O Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, 21 de janeiro, é uma data que afirma a importância do respeito à diversidade da fé no Brasil. A data honra Mãe Gilda de Ogum, importante iyalorixá fundadora do terreiro Ilê Axé Abassá de Ogum, em Salvador (BA), uma mulher negra que dedicou a vida ao sacerdócio espiritual, à organização comunitária e à defesa da dignidade de seu povo.

³⁵ Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro) & Ilê Omolu Oxum. *Respeite o Meu Terreiro: mapeamento do racismo religioso contra os povos tradicionais de terreiro*. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://defensoria.rj.def.br/uploads/imagens/2e80ce9ffa1647a881eb7551f6846coa.pdf>

Em 1999, Mãe Gilda foi vítima de intolerância e racismo religioso, quando o terreiro dela foi invadido e violentamente destruído, após campanhas midiáticas que a desrespeitavam e criminalizavam a prática religiosa que ela exercia. As agressões e perseguições que Mãe Gilda sofreu resultaram no falecimento dela no ano seguinte.

Em memória da coragem e resistência de Mãe Gilda, o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa foi instituído pela Lei 11.635, de 2007. A data reforça a importância de uma sociedade com liberdade religiosa, respeito mútuo e convivência pacífica entre diferentes crenças. Celebrar esse dia é reafirmar o compromisso com um país verdadeiramente laico, plural e justo, no qual toda forma de fé (ou ausência dela) seja respeitada e protegida.



Em reconhecimento e respeito à resistência histórica dos povos e comunidades tradicionais de terreiro e de matriz africana, as escutas que orientaram o conteúdo deste material foram realizadas diretamente nos territórios de dois terreiros:

Ilê Axé Oxum Karê / Centro Cultural Coco de Umbigada - PE

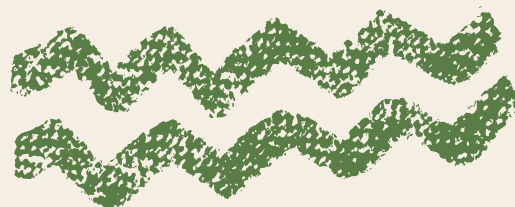
Localizado na comunidade de Guadalupe, o Ilê Axé Oxum Karê, liderado por Mãe Beth de Oxum, primeira ialorixá, mestra da cultura

popular, reconhecida como referência nacional no coco de umbigada e Patrimônio Vivo de Pernambuco. O terreiro afirma-se como território de ancestralidade viva, onde a espiritualidade dialoga com a música, o corpo e a comunidade. Ele se conecta com o Centro Cultural Coco de Umbigada, que promove a inclusão social de jovens da comunidade e valoriza a cultura negra e afro-brasileira por meio da arte, da educação e da memória.

Ao lado de Mestre Quinho, guardião da memória das tradições afro-brasileiras, Mãe Beth cultiva o coco como canto, reza e gesto político, afirmando a continuidade das manifestações remanescentes de quilombos urbanos, inspirando-se nos antigos mestres coquistas e nos saberes transmitidos de geração em geração. No ritmo do toque, no movimento dos pés e na roda que se abre para o coletivo, ergue-se a memória de um povo que transforma cotidiano em festa, dor em dança e história em permanência.

Ilê Axé Opô Afonjá - BA

O Ilê Axé Opô Afonjá, localizado em Salvador, é um dos mais importantes e históricos terreiros de candomblé do Brasil, fundado no início do século 20 por Mãe Aninha (Eugênia Anna dos Santos), figura fundamental na consolidação pública da religiosidade de matriz africana. O terreiro se firmou como território de resistência, memória e organização comunitária, sendo reconhecido como um



patrimônio da ancestralidade afro-brasileira e referência internacional na valorização da cultura africana. O Ministério da Igualdade Racial inaugurou uma placa de homenagem ao Ilê, concedendo à Mãe Stella o título de Promotora da Igualdade Racial.

Ao longo das décadas, de Mãe Aninha às sucessoras como Mãe Senhora, Mãe Ondina de Oxalá, Mãe Stella de Oxóssi e, hoje, Mãe Ana de Xangô, o Ilê mantém viva uma linhagem de mulheres negras intelectuais, dirigentes espirituais e articuladoras sociais, que sustentam a continuidade de um projeto civilizatório herdado da África e contribuem para o reconhecimento do candomblé como parte fundamental da cultura nacional. A dimensão educativa se concretiza também de forma institucional com a Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos, situada dentro do terreiro, que desenvolve uma pedagogia afrocentrada.



Mãe Stella de Oxóssi e o axé das palavras

Em 2013, Mãe Stella de Oxóssi, do Ilê Axé Opô Afonjá, se tornou a primeira ialorixá a ser imortalizada na Academia de Letras da Bahia. Mãe Stella deixou registros históricos, preservando a sabedoria ancestral e expondo as violências da intolerância, racismo religioso e perseguição que as comunidades de terreiro vivenciavam. No livro *Ôsosi – O Caçador de Alegrias*³⁶, ela afirma que

“Colonizadores, através da catequese, adulteraram a concepção original acerca dos orixás, deturpam os conceitos quanto aos cultos, corromperam o que havia de mais sublime na religião e cultura de toda uma nação. Os orixás deixaram de ser divindades e foram relegados à posição de demônios nefastos. À força, outros deuses foram sendo impostos como salvadores de alma, ao tempo em que o africano era condenado, quando não à barbárie, à degradante condição de animais escravos, sem sequer lhe ser dado o direito de possuir alma”. (Mãe Stella de Oxóssi, pag. 19, 2009)

A biografia de Mãe Stella traz um conjunto de informações que explicitam a violência que buscou apagar os saberes ancestrais, tornando a própria existência do terreiro em um ato de desobediência e resiliência

³⁶ Mãe Stella de Oxóssi. *Ôsosi - O Caçador de Alegrias*. EdUfba, 2009. Página 19.

E as crianças?

Inicialmente, é importante compreender que, dos dados disponíveis pelo Censo do IBGE, a orientação religiosa das pessoas é coletada a partir dos 10 anos de idade. Portanto, ainda não é possível trazer dados específicos sobre a primeira infância das crianças de comunidades de terreiro. No entanto, o Censo já revela aspectos importantes: dentre cerca de 1,8 milhão de pessoas que declararam pertencer às religiões umbanda e candomblé, 15% têm de 10 a 19 anos. Ou seja, aproximadamente 270 mil adolescentes se declaram como sendo de religião de matriz africana.

Para além dos números, é importante investigar a experiência integrada dessas crianças e desses adolescentes e observar algumas situações emblemáticas enfrentadas por eles nas escolas.



Impactos do racismo religioso nas crianças de terreiro

Desde a primeira infância, muitas crianças sofrem os efeitos do racismo religioso em espaços como a escola e os serviços de saúde. Pesquisas recentes têm mostrado os impactos dessas violências no bem-estar, desenvolvimento e relações sociais das crianças. Levantamentos nacionais também revelam altos índices de agressões físicas e psicológicas contra terreiros. São episódios que se refletem diretamente no cotidiano infantil, uma vez que a discriminação prejudica o aprendizado, a convivência e o reconhecimento das tradições de matriz africana como parte legítima da cultura brasileira.

PARA SABER MAIS:

Culturas infantis de terreiro: experiências e narrativas de crianças pequenas vivenciadoras de tradições de matriz africana. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Projeto de pesquisa, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br>

Panorama Geral do Contexto de Racismo Religioso no Brasil. CRIOLA & outras organizações. Relatório, 2022. Disponível em: <https://criola.org.br/panorama-racismo-religioso>

“Eles não sacrificam animais que nem aqui”: a ética das crianças e o enfrentamento ao racismo religioso. PORTAL DE PERIÓDICOS UFSC. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/>

A escola é um espaço essencial na formação de toda criança: é onde se constroem vínculos de amizade, conhecimento, identidade e percepções da diversidade. Entretanto, as crianças de terreiro e comunidades de axé vivenciam, desde muito cedo, ainda na creche e na pré-escola, situações que atravessam tanto o racismo — estrutura que hierarquiza e inferioriza corpos e identidades negras —, quanto o racismo religioso — que direciona a violência especificamente às tradições de matriz africana.

Essas experiências podem ocorrer nas múltiplas dimensões da vida escolar: nas interações cotidianas dentro da sala de aula, no pátio do recreio, nos corredores ou no modo como conjunto de símbolos, narrativas, imagens e referências culturais são organizadas e valorizadas ou silenciadas.

No caso das crianças das comunidades de axé, o racismo religioso se manifesta de forma particularmente dolorosa, pois, além de atingir a aparência ou origem familiar, a violência atinge a essência da identidade e espiritualidade delas, bem como os pertencimentos comunitários e os referenciais de cuidado e proteção.

Assim, é fundamental deixar muito nítido: o racismo fere a existência; o racismo religioso fere também o sentido de mundo. Para essas crianças a violência não é uma abstração. Ela tem padrões estruturados e repetitivos. Pode começar com uma violência simbólica: o olhar de desdém para os fios de contas (ilekè) no pescoço, a proibição de usar roupas brancas em dias de obrigação religiosa ou o comentário pejorativo e preconceituoso sobre as práticas religiosas.

IMPORTANTE LEMBRAR — A discriminação acontece quando uma pessoa é desrespeitada, ofendida ou tratada com inferioridade por causa da fé ou das práticas da religião a que pertence. Portanto, são considerados discriminação piadas ou comentários que zombam, desvalorizam ou associam a religião a algo negativo. Qualquer fala ou atitude que ridicularize ou diminua essas tradições não é mera opinião nem é engraçado, mas, sim, uma forma de racismo religioso, pois reforça o preconceito histórico contra as culturas afro-brasileiras e fere o direito à liberdade religiosa garantido pela Constituição.

Esse tipo de violência atinge a subjetividade e a própria identidade das crianças, que podem questionar todo o processo de socialização e os valores apreendidos dentro da comunidade. Contudo, não raro, a violência se agrava em agressões verbais e físicas, produzindo sofrimento emocional, isolamento, medo e até rompimento com espaços escolares que deveriam ser de proteção e aprendizagem.

Infelizmente, ainda é comum que as crianças enfrentem discriminação por expressarem seus pertencimentos, a exemplo das meninas que raspam o cabelo ao serem iniciadas — um gesto sagrado que pode ser mal compreendido no ambiente escolar. Como afirma o depoimento de um participante das oficinas de cocriação, a pressão do ambiente escolar pesa muito, “principalmente na menina que, quando raspa o cabelo e se inicia no orixá, não consegue se ver mais como uma menina bonita (...), então você não precisa estar com cabelo grande para se sentir bonita, você é bonita, o cabelo é um complemento da sua beleza.”

Para além da violência simbólica, as crianças de comunidades de axé

enfrentam violências morais e discursivas quando orixás, inquices, voduns e entidades são demonizados, ridicularizados ou associados a imagens negativas. Nesses casos, o ataque não se dirige apenas à criança, mas à cosmovisão dela, à memória ancestral que a sustenta e à forma pela qual compreende e vive o mundo.

Além disso, há situações em que a rejeição se converte em violência física, manifestada em agressões, ameaças e ataques diretos cometidos por colegas, familiares, vizinhos ou até adultos. Não se trata de um risco hipotético, nem de uma possibilidade futura: há diversos casos registrados em que crianças de terreiro foram espancadas, apedrejadas ou hostilizadas com insultos vinculados às práticas espirituais.

As violências simbólicas, morais e físicas não são episódios isolados, mas expressões de um padrão estrutural de racismo religioso, que busca deslegitimar, silenciar e expulsar a presença das comunidades de axé do espaço público, atingindo especialmente as crianças, que vivenciam de maneira direta e profunda os efeitos das agressões no corpo, na identidade e na espiritualidade. Em outras palavras, enquanto o racismo agride quem a criança é, o racismo religioso agride também aquilo em que ela acredita e o que a sustenta espiritualmente.

No estado do Rio de Janeiro, há casos emblemáticos³⁷ que revelam como essas violências impactam as crianças diretamente. Em uma escola de ensino fundamental, uma menina de 7 anos³⁸ foi vítima de uma campanha de assédio moral por uma colega, que proferia xingamentos racistas e intolerantes com base na fé, levando-a a desenvolver transtornos psicológicos e medo de ir à escola.

Em outros casos registrados, a violência assume contornos ainda mais graves. Um menino foi agredido fisicamente por colegas, que o espancaram enquanto proferiam xingamentos de cunho religioso. A violência física também foi observada no caso de uma menina de 11 anos que, voltando de um ritual do terreiro, foi apedrejada por adultos, resultando em lesões graves e permanentes.

Esses episódios não são exceções, tampouco incidentes isolados. São a face mais visível do racismo religioso, retroalimentado por um projeto histórico de deslegitimação das espiritualidades de matriz africana como algo a ser atacado e exterminado. E isso se converte em violência concreta contra as crianças.

É fundamental reforçar que racismo religioso é uma forma específica de violência, que opera dentro da lógica mais ampla do racismo estrutural. Enquanto o racismo age depreciando identidades negras de forma generalizada, o racismo religioso se direciona especificamente contra as expressões culturais, espirituais e comunitárias do povo de terreiro, atacando símbolos sagrados, práticas e cosmologia.

Nesse contexto, o papel da escola, dos professores e da comunidade é essencial e determinante para os caminhos para cessar a violência decorrente do racismo religioso. Mais que um espaço de ensino, a escola é um ambiente fundamental de socialização e formação cidadã. É dever do Estado, das instituições e da comunidade escolar assegurar o direito de todas as crianças a uma convivência segura, respeitosa e livre de toda forma de intolerância e discriminação religiosa, garantindo a efetivação dos princípios da igualdade. A omissão não é apenas convivência, é perpetuação da violência racial.

³⁷ Para evitar a revitimização das crianças, não serão apresentados aqui os nomes e cidades onde as violências aconteceram

³⁸ Referência sobre o caso: <https://kn.org.br/oq/2019/05/23/menina-e-vitima-de-intolerancia-religiosa-em-caxias/>

Quando a direção ignora as queixas das famílias, trata o bullying religioso como uma brincadeira de criança ou, pior, quando ela própria proíbe os símbolos sagrados dessas crianças, a instituição escolar se torna partícipe da violência.

Por outro lado, a escola, por toda sua responsabilidade, tem o potencial de ser um agente de transformação. A formação adequada de educadores é um primeiro passo indispensável, mas não o único. É fundamental reconhecer que a promoção de um ambiente escolar antirracista e livre de racismo religioso envolve toda a comunidade escolar: direção, coordenação pedagógica, professores, equipe técnica, funcionários administrativos, porteiros, merendeiras, cuidadores e demais profissionais que compõem o cotidiano da escola.

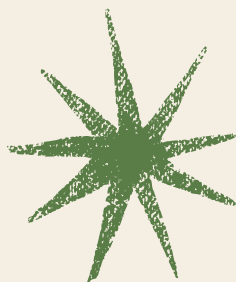
É preciso equipar toda a escola para que reconheçam, identifiquem e combatam a intolerância e o racismo religioso e para que ofereçam adequadamente acolhimento às crianças e famílias. Nesse sentido, são essenciais a formação contínua e a implementação efetiva da Lei 10.639/03 — que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e determina a obrigatoriedade do ensino e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, que deve apresentar as tradições de matriz africana em sua profundidade, dignidade e contribuição histórica para a formação do Brasil.

Mas como a comunidade escolar pode acabar reproduzindo comportamentos do racismo religioso? O quadro a seguir apresenta sugestões para a construção de um ambiente escolar respeitoso:



Situações discriminatórias	Propostas
<p>Proibição de símbolos religiosos: o professor ou a coordenação da escola proíbe a criança de usar fios de contas (ilekè) na sala de aula, classificando-os como acessório não permitido ou perturbação à ordem, enquanto permitem crucifixos, véus e demais símbolos de outras religiões.</p>	<p>Estabelecer uma política transparente em relação ao uso de elementos sagrados que permita e proteja o uso de fios de contas, roupas brancas e outros símbolos, reconhecendo-os como expressão de identidade cultural e espiritual e tratando-os da mesma forma que trata outras religiões.</p>
<p>Desconhecimento e desrespeito às obrigações religiosas: a criança precisa se ausentar para participar de um ritual importante e a escola não acolhe a justificativa de ausência, diferentemente de como trataria um feriado de outra religião. O mesmo aplica-se para restrições alimentares por motivos religiosos, que não são respeitadas no cardápio da escola.</p>	<p>Promover processos formativos para todo o corpo escolar (docentes, direção, coordenação pedagógica, funcionários e equipe de apoio) que envolvam palestras e oficinas com especialistas e lideranças de terreiro para compreender melhor as religiões e práticas comunitárias de matriz africana;</p> <p>Garantir que aqueles estudantes que, por motivos religiosos, não possam participar de aulas, provas ou outras atividades em determinados dias tenham efetivado o direito legal de repor o conteúdo e realizar avaliações em segunda chamada, sem sofrer nenhum prejuízo ou julgamento moral.</p>
<p>Minimização de Conflitos: quando uma criança sofre preconceito de cunho racial por um colega e leva o caso ao professor, ele ignora, relativiza ou não toma providências diante da violência sofrida pela criança. Essa atitude normaliza a violência e deixa a criança desprotegida.</p>	<p>Estabelecer protocolos nítidos de manejo de casos de racismo, inclusive religioso, para que os professores possam utilizar em sala de aula (ou fora dela), garantindo o acolhimento da criança que sofre a violência racista.</p> <p>No início do período letivo construir com as crianças uma espécie de acordo de convivência respeitosa e antirracista: estabelecer um conjunto de combinados com a turma, incluindo explicitamente o respeito à diversidade racial, étnica e religiosa. Deixar explícito que violência, racismo e xingamentos não serão tolerados.</p> <p>Fortalecer o conhecimento da equipe escolar sobre as diferentes manifestações de racismo religioso e de outras violências correlatas, identificando os diversos tipos de violação, bem como divulgando os canais de denúncia e os atores da rede de proteção local, garantindo a resposta institucional e comunitária diante de situações de violação de direitos.</p>

<p>Responsabilização da vítima: a escola sugere, explicitamente ou não, que a criança está se expondo demais ao usar símbolos religiosos, transferindo para ela a responsabilidade pela agressão que sofre.</p>	<p>Criar um canal acolhedor, protegido e acessível para que crianças e famílias possam relatar casos de racismo, intolerância e violência de forma que sejam acolhidas e a situação possa ser resolvida.</p>
<p>Abordagem inadequada sobre as religiões de matriz africana: ao tratar o tema das religiões afro-brasileiras, o professor as reduz a folclore ou culto aos espíritos, sem contextualizar a complexa filosofia dessas religiões e a conexão com a história da existência da população afrodescendente no Brasil.</p>	<p>Garantir que o acervo da biblioteca escolar tenha livros infantis que representem crianças negras e de terreiro em contextos positivos, além de obras de referência sobre história da África e sobre comunidades tradicionais de matriz africana;</p> <p>Convidar os responsáveis pelas crianças para reuniões também de construção e celebração cultural, e não apenas quando há problemas, mas para construir, em conjunto, estratégias de inclusão;</p> <p>Garantir o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira (conforme determina a lei), abordando as religiões de matriz africana (candomblé, umbanda, entre outras denominações). A lei exige que isso seja feito de forma positiva, contextualizada e respeitosa, combatendo a demonização.</p>
<p>Desvalorização dos saberes: se uma criança conta algo que aprendeu no terreiro sobre plantas, história ou música, o professor desvaloriza a informação de uma forma que inferioriza o conhecimento tradicional.</p>	<p>Desenvolver projetos em que pais ou lideranças de terreiro possam compartilhar um pouco da própria cultura – por exemplo, contando uma história (um itan), mostrando um instrumento musical ou falando sobre a importância das ervas. Isso reconhece, valida e integra conhecimentos tradicionais na experiência escolar, apoiando a quebra de estereótipos.</p>



Mas, e agora?

A escola deve atuar como um espaço de acolhimento, valorização da diversidade e fortalecimento da autoestima, mostrando às crianças que a beleza e o pertencimento estão na ancestralidade, na fé e na singularidade de cada uma delas.

É responsabilidade da escola garantir que todas as crianças tenham os direitos religiosos respeitados, conforme determina a Lei 13.796/2019, que também altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa lei assegura que estudantes que, por motivos religiosos, não possam participar de aulas, provas ou outras atividades em determinados dias tenham a oportunidade de repor o conteúdo e realizar avaliações em segunda chamada, sem sofrer nenhum prejuízo acadêmico ou estigmatização. No caso das crianças de terreiro, esse compromisso é essencial para que possam viver a própria fé, participar dos rituais sagrados de suas tradições e cumprir os períodos de preceito⁴⁰ sem sofrer discriminação nem retenção ou abandono escolar.

Cabe à escola criar procedimentos acolhedores para esses casos, dialogando com as famílias e reconhecendo a diversidade religiosa como parte do processo educativo. Cumprir a lei não é apenas seguir uma norma, mas exercer um papel educativo e cidadão, promovendo uma cultura escolar baseada no respeito e na inclusão. Afinal, o racismo na primeira infância provoca marcas dolorosas e profundas na formação da identidade e da autoestima das crianças negras, interferindo no desenvolvimento emocional e social. A psiquiatra Neusa Santos Souza⁴¹ explica que, desde cedo, a criança negra é confrontada com uma sociedade que nega e desvaloriza a cor, os traços e

a cultura dela, o que pode gerar sentimento de inferioridade.

Esses impactos atingem a psique infantil, comprometendo a construção de uma autoimagem positiva e o sentimento de pertencimento em um momento da vida de grande vulnerabilidade.

A educadora Azoilda Loretto da Trindade⁴² lembra que adultos também sofrem com a discriminação racial: “uma pessoa adulta, em geral, fica arrasada ao ser discriminada, sofre, se revolta, fica furiosa, deprimida. Enfim, tem várias reações. Agora imaginemos um ser humano negro de 0 a 6 anos de idade, uma criança negra que é, numa sociedade racista, discriminada 24 horas por dia e, muitas vezes, com o silêncio omissivo dos adultos, da professora”.

Ela chama a atenção para a solidão da primeira infância negra nessas situações. As crianças se sentem envergonhadas, confusas e com medo de falar — e, mesmo que não consigam expressar com palavras o que aconteceu, sentem profundamente o impacto da exclusão. O sofrimento se registra na memória emocional e corporal, tanto pela agressão, quanto pelo silêncio e omissão dos adultos que deveriam acolhê-las e protegê-las.

Portanto, a escola e todo o corpo técnico (direção, coordenação, professores, auxiliares, merendeiras, porteiros e funcionários) têm responsabilidade institucional na promoção do bem-estar dessas crianças e devem assumi-la.

As lideranças de terreiro participantes das oficinas reiteraram a necessidade de fortalecer os mecanismos institucionais de enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa para a proteção das

⁴⁰ Preceito é o período de recolhimento no terreiro, uma prática cuidadosa acompanhada pela comunidade, dedicado ao fortalecimento pessoal, autoconhecimento e ensinamentos do terreiro, em que a pessoa se afasta de certas atividades do dia a dia para fortalecer corpo, mente e laços com a ancestralidade.

⁴¹ Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social, 2021. Neusa Santos Souza.

⁴² Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil, Azoilda Loretto da Trindade. Disponível em: <https://reaju.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/07/valores-civilizat3b3rios-afro-brasileiros-na-educac3a7c3a30-infantil-azoilda-trindade.pdf>

infâncias de terreiro. Uma das principais demandas é a criação e ampliação das Delegacias de Combate aos Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decadri) em todos os estados, bem como a instituição de varas especializadas em crimes raciais.

Essa reivindicação surge da constatação de que, embora muitas denúncias sejam formalizadas nas delegacias, os processos frequentemente estagnam ao chegar ao sistema judicial, revelando a falta de estrutura e de preparo para lidar com as especificidades desses casos. Assim, é importante garantir um fluxo de justiça efetivo e comprometido com a reparação e a dignidade das vítimas, assegurando que a proteção das crianças e famílias de terreiro seja

Você sabia?

A Lei 7.716/1989 é um marco no combate ao racismo no Brasil, pois tipifica como crime qualquer ato de discriminação ou preconceito baseado em raça, cor, etnia, religião ou origem, incluindo ataques às tradições de matriz africana. Essa lei é fundamental para garantir a proteção jurídica das pessoas e comunidades vítimas de racismo e intolerância religiosa.

A Lei 12.288/2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, promove a equidade entre os grupos raciais e combate todas as formas de discriminação. Ela reconhece e valoriza as religiões de matriz africana e seus espaços sagrados como parte essencial do patrimônio cultural e espiritual brasileiro.

O Decreto 4.887/2003 reconhece e regula o direito à titulação dos territórios quilombolas, assegurando a proteção territorial, cultural e ancestral. Muitos desses territórios abrigam comunidades de terreiro, fortalecendo a preservação das tradições e dos modos de vida.

Em relação às **políticas educacionais**, existem marcos importantes que abordam o tema. É essencial tê-los como diretriz do trabalho com crianças de terreiro:

- **A Lei 10.639/2003:** altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas. Em 2008, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi novamente alterada pela Lei 11.645/2008 para inserir a História e Cultura Indígena. É importante compreender que cumprir essa lei é garantir que o ensino seja transversalizado em todas as disciplinas da grade curricular. É fundamental que, no currículo, no projeto político-pedagógico da escola e no plano de aula docente, estejam presentes a valorização e o reconhecimento das histórias e contribuições (conhecimento e ciência) negras e quilombolas, assim como o compromisso ético e profissional antirracista. A realização isolada de palestra no dia da consciência negra não cumpre o preceituado na legislação.
- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Resolução 1, de 17 de junho 2004, do Conselho Nacional de Educação⁴³:** essas diretrizes orientam como as escolas devem implementar a Lei 10.639/2003, incluindo a luta contra a intolerância religiosa.
- **Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)⁴⁴ e Plano Nacional de Educação (PNE):** Ambos contêm metas e diretrizes para a promoção dos direitos humanos e a superação das desi-

⁴³ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf

⁴⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm

gualdades, o que inclui o combate à discriminação religiosa no ambiente escolar.

- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola:** orientam a organização do ensino nas comunidades quilombolas com base na memória coletiva, línguas remi- niscentes, marcos civilizatórios, práticas culturais, tecnologias e formas de trabalho, acervos orais, festejos, tradições e demais elementos que compõem o patrimônio cultural e a territoriali- dade.
- **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2017:** documento curricular de caráter normativo que define os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os alunos devem desenvolver em cada etapa da educação básica. A BNCC é histórica porque incorpora a educação para as relações étnico-raciais como uma competência geral, permeando todas as áreas do conhecimento (do português à matemática, das artes às ciências).
- **Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana:** instituída pelo Decreto 12.278/2024, tem como finalidade a superação do racismo e a promoção de medidas intersetoriais, incluindo a área da edu- cação, para a garantia dos direitos dos povos e das comunidades tradicionais de terreiro (PCTT) e de matriz africana no Brasil, com base no reconhecimento, no respeito e na valorização da identidade cultural, religiosa cultura e da memória dos afrodes- cendentes.

- **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ):** instituída pela Portaria MEC 470/2024, visa implementar ações e programas para superar as desigualdades étnico-raciais e o racismo na educação, além de promover a educação escolar quilombola. Entre os objetivos, estão consolidar essa modalida- de com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE 8/2012) e implementar protocolos de prevenção e resposta ao racismo nas escolas e instituições de ensino superior.

Desafios para acessar os recursos para saúde e educação nas comunidades de terreiro

Os desafios para acessar recursos para comunidades de terreiros não dizem respeito somente aos desafios logísticos ou técnicos (como ausência de dados sobre a educação e as crianças de terreiro); tratam-se, também, de desafios estruturais e institucionais, que refletem processos históricos de exclusão e desigualdade, ainda pre- sentes em modelos de governança que reproduzem estigmas e prá- ticas discriminatórias, contribuindo para a manutenção do racismo contra essas comunidades.



Desafios no acesso à saúde

Pessoas das comunidades de terreiro ainda enfrentam obstáculos para acessar um atendimento acolhedor, respeitoso e culturalmente sensível na rede de saúde. Enfrentam violências que podem ser: 1. a desconsideração dos saberes tradicionais das comunidades de terreiro; 2. a patologização do sagrado, confundindo condições clínicas ou eventual estado alterado de consciência de praticante de religiões de matriz africana durante o culto religioso; 3. a formação insuficiente de profissionais de saúde para compreender a cosmovisão e os valores das religiões de matriz africana, o que pode resultar em situações de intolerância religiosa durante o atendimento.

Outro desafio importante é a subnotificação de informações relacionadas à intolerância religiosa nos serviços de saúde. Atualmente, não há um campo específico nos instrumentos de registro do SUS para esse tipo de ocorrência, o que dificulta a identificação e o monitoramento dos casos. Há outros campos como “condições de saúde autorreferidas pelo usuário”, nos quais é possível incluir essa informação, porém sem separação de casos que não são de intolerância religiosa.

Somam-se a esses fatores barreiras geográficas e socioeconômicas. Muitas vezes, os terreiros ficam localizados em áreas periféricas e de vulnerabilidade social. Essas regiões são especialmente impactadas pela situação precária de acesso, com falta de unidades de saúde, medicamentos e profissionais.

Para enfrentar alguns dos desafios, é essencial fortalecer a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da

Criança (PNAISC) e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Como resultado de uma vitória histórica do movimento negro no Brasil, essa ferramenta reconhece o racismo como um determinante social da saúde e prevê ações específicas para a população negra, o que inclui as comunidades de terreiro.

Desafios no acesso à educação

Conforme nos debruçamos acima, o racismo religioso no ambiente escolar se materializa em múltiplas formas: violência simbólica; bullying e violência verbal e física por parte de colegas e, em alguns casos, dos professores; e insuficiência de formação docente que contemple a plena implementação da Lei 10.639/2003, apesar dos avanços nos últimos anos.

Outro fator importante é a continuidade e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para as comunidades de terreiro. Existe uma sub-representação das comunidades de terreiro nos espaços de construção das políticas públicas correlatas. As comunidades de terreiro precisam estar sentadas à mesa quando as políticas de saúde e educação são desenhadas.

Há, também, a constante ameaça aos territórios das comunidades. Ameaças de invasão, depredação e a especulação imobiliária afetam diretamente a saúde mental da comunidade e a segurança necessária para manter projetos educacionais e de saúde.

A partir de 2025, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) passa a adotar novos fatores de ponderação, o que representa um avanço importante para a valorização

das matrículas quilombolas. Com essa mudança, houve um aumento significativo no fator aplicado às matrículas em tempo integral: o percentual subiu 45% para a pré-escola. Essa alteração busca reconhecer as especificidades e os desafios enfrentados pelas crianças quilombolas, promovendo maior equidade na distribuição dos recursos. No âmbito das condicionalidades do Valor Aluno Ano por Resultados (VAAR), foi incorporada uma exigência voltada à redução das desigualdades raciais, destinando incentivo financeiro para políticas e ações que enfrentem essas desigualdades no sistema educacional.

Desafios na rede socioassistencial

O racismo religioso se manifesta, por vezes, abertamente nas interações entre agentes públicos e famílias de comunidades de terreiro. Durante visitas domiciliares e acompanhamentos de programas voltados à primeira infância, por exemplo, ainda é comum que mães, pais e cuidadores sejam alvo de julgamentos morais e deslegitimação das práticas culturais e religiosas. A presença de símbolos religiosos afro-brasileiros nos lares — como imagens, ervas ou atabaques — é interpretada como sinal de desvio ou risco para a criança, revelando uma visão de mundo que naturaliza o racismo e ignora a legitimidade das tradições de matriz africana. Em diversos casos, o preconceito se materializa em encaminhamentos indevidos, ameaças veladas e registros distorcidos nos prontuários das famílias atendidas, o que fere o princípio da laicidade do Estado e o direito à liberdade religiosa.

Essas práticas discriminatórias ganham contornos ainda mais graves quando se estendem às esferas da justiça e da segurança pública,

especialmente na atuação de conselheiros tutelares. Multiplicam-se relatos de conselheiros que questionam a guarda de mães ou pais iniciados em religiões afro-brasileiras, sob alegações de proteção da criança, bem como de crianças retiradas de seus lares por agentes públicos que associam práticas de terreiro a maus-tratos ou negligência. Trata-se não apenas de uma violação de direitos individuais, mas também reforça a exclusão histórica das comunidades de terreiro do acesso justo às políticas públicas e à proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.



Fonte: Manuela Cavadas / Oficina de Cocriação no Ilê Axé Opô Afonjá, em Salvador-BA.

Cuidar da criança é um ato coletivo

Durante a realização das duas oficinas, várias pessoas ressaltaram que, para os povos de terreiros, cuidar da criança é um ato coletivo. Todas as pessoas adultas estão conscientes disso e envolvidas nessa responsabilidade. Em um país em que crianças e adolescentes

negros estão entre as principais vítimas da violência no Brasil⁴⁵, enfrentando maior exposição a abordagens policiais violentas e ausência de proteção institucional, os terreiros se firmam como espaços seguros de proteção das infâncias.

As crianças são reconhecidas como sagradas e crescem em meio a uma comunidade que valoriza os saberes delas, sendo vistas como parte essencial da continuidade da tradição e da vida coletiva. Como afirmou uma liderança de terreiro, “a conectividade, a união que teve aqui de vários grupos, falando a mesma língua, mantendo a mesma cultura, a mesma tradição viva, e a criança que é sagrada é justamente isso”.

Segundo ela, a criança “vai crescendo com o seu grupo, vai buscando a sua identidade e vai dando significado a todas as coisas ao redor dela”, o que reforça a importância dos terreiros como ambientes de formação integral e identidade positiva.

Os terreiros não respondem a lógicas individualizadas. São espaços em que se criam redes de apoio e afeto que proporcionam segurança física, emocional e espiritual às crianças. Outro depoimento afirmou: “A criança é cuidada por todos, não é pela família, todos aqui são uma família, o filho de um é filho de todos, e esse filho vai permanecer aqui e também vai criar suas raízes”.

Essa forma de convivência reforça valores de solidariedade, responsabilidade comunitária e continuidade das tradições, garantindo que cada criança cresça consciente de sua história e pertencimento.

O artigo “Entre Ìyálórìsà, caxias e corpos-sujeitos-memórias-infan-

tis: primeiras encruzadas”⁴⁶, de autoria coletiva, fala que as infâncias afro diaspóricas são marcadas por uma forma de cuidado plural, diferente do modelo familiar ocidental. Essa forma de viver e educar fala sobre uma ética africana de cuidado e solidariedade e continua presente nos terreiros e nas periferias. Uma das lideranças partilhou:

“A gente consegue colocar todas as crianças, inclusive os filhos dos crentes, para participar da capoeira. Quando a gente faz uma peça, os meninos entram para assistir e, na última festa do dia das crianças, a gente doou mais de 200 brinquedos. Então nós somos reconhecidos dentro daquela comunidade. Eu acho que nosso papel como povos de terreiro é esse. A gente consegue salvar essas crianças de estarem num local muito pior, para não perdê-las para o tráfico, para a polícia. A gente consegue salvar esses meninos; quando eles entram na nossa casa, são bem tratados, comem, bebem e aprendem com a gente. Quando eu passo na rua, todas as crianças são minhas amigas. Não sei nem quem é a criança, mas certamente fui eu que dei o doce, que dei o chocolate, que brinquei, que subi, que desci, e isso faz uma diferença. Aquele local é um local seguro para ela brincar e ser criança”.

(Depoimento de participante das oficinas)

Muitas pessoas que participaram das oficinas e cresceram no terreiro contaram como isso foi determinante para suas vidas. Elas partilharam sobre diversos impactos positivos, a exemplo da saúde, por meio da relação com o alimento e com as ervas. Mas, principalmente, destacaram o fortalecimento da identidade e da autoestima das crianças negras:

⁴⁵ Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), elas representam quase 80% das vítimas de homicídios nessa faixa etária.

⁴⁶ Escrito por Rita Medeiros; Míriam Cristiane Alves; Raquel Silveira Rita Dias; Janaize Batalha Neves; e Gabriel Bettiol Godinho. Disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Livro-Culturas-Infantis-de-Terreiro-agenciando-memorias-historias-e-narrativas-1.pdf>

“Eu tive o privilégio mesmo de entender e encontrar o amor dos orixás, principalmente dos caboclos, muito cedo. Eu agradeço muito ao terreiro por me formar como pessoa, entender qual é o meu lugar no mundo e me tornar alguém crítica muito cedo. Eu sempre me entendi como uma pessoa preta e sempre fui incentivada pelos mais velhos a me colocar e me impor no mundo. Então, eu falo que eu fui muito privilegiada de a minha mãe nunca ter alisado meu cabelo, porque entendia que aquilo era uma marca ancestral, que eu precisava continuar me vendo como uma criança bonita, uma criança valorizada”.

(Depoimento de participante das oficinas)

A importância dessa formação cidadã para as crianças apareceu em diversos temas, como a mediação de conflitos. Nos terreiros, elas aprendem que o convívio social envolve diálogo, escuta e respeito às diferenças. Como disse uma liderança, o terreiro “também é um espaço de conflito no sentido positivo da palavra, porque a gente, às vezes, não concorda e não precisa concordar. A gente precisa debater para achar as melhores soluções. Então, no conflito, também está um aprendizado”.

Os terreiros também se configuram como espaços de cidadania, oferecendo cuidados com a saúde, alimentação, educação e lazer. Neles, a criança é vista como protagonista, com voz e papel na vida comunitária, pois “se entende que ela tem responsabilidades e que ela tem muito o que passar para a gente. Ela também vai promover o cuidado com sua comunidade, então é colocá-la inserida como sujeito ativo”.

Uma das lideranças explicou que o “terreiro é proteção social, de saúde, de educação [...] é o lugar, também, de pertencimento em comunidade e valorização da sua autoestima e proteção”. Os terreiros são territórios educativos, de amor, dignidade e resistência, nos quais as crianças aprendem a cuidar e a serem cuidadas, fortalecendo-se como guardiãs da ancestralidade e da coletividade.

Diversidade e inclusão

As crianças aprendem que conviver é construir junto e que as diferenças e divergências podem gerar crescimento e fortalecimento coletivo. Os terreiros são referências quando se trata de saberes e práticas articulados para garantir diversidade e inclusão.

Diferentes depoimentos destacaram a importância de valorizar a diversidade e, ao mesmo tempo, reconhecer a singularidade de cada criança. As falas reforçaram ainda a importância de enfrentar o capacitismo, pois a luta antirracista precisa ser, também, anticapacitista, para que a criança de terreiro seja vista na sua individualidade e na sua especificidade.

Participantes das duas oficinas defenderam que a inclusão de crianças com deficiência nos terreiros parte do princípio de que cada corpo, sensibilidade e forma de estar no mundo é sagrada. O cuidado é sempre individualizado e respeitoso, considerando as necessidades específicas de cada criança.

Um participante destacou a importância de que profissionais que atuam junto às comunidades, como nutricionistas e psicoterapeutas, também desenvolvam essa sensibilidade: “A nutricionista, por

exemplo, pode passar uma recomendação, mas a criança tem uma restrição por conta da religião, e a profissional precisa ter essa sensibilidade”.

Além disso, a relação das crianças com deficiência com o terreiro é mediada pela espiritualidade e pelo pertencimento, o que amplia as possibilidades de cuidado e expressão. Como disse uma liderança, “a psicoterapeuta pode achar que o tambor é um barulho alto, mas, dentro do contexto religioso, a criança autista se relaciona com aquele som sagrado de outra forma, desde a barriga — é diferente de barulho do som alto de um vizinho, por exemplo”.

Algumas lideranças de terreiro com deficiência partilharam suas experiências e perspectivas sobre o tema. Uma delas provocou: “A exclusão da sociedade é uma necropolítica⁴⁷ com as nossas existências. E se uma criança for negra e periférica, com deficiência e de terreiro? Qual é a expectativa de essa criança brincar, ter uma infância normal? Porque nós existimos! E como é que a gente vai ter diversidade se a gente não normaliza a diversidade?”

Enquanto a experiência social “lá fora” é marcada por uma sucessão de exclusões e violações dos direitos das pessoas com deficiência, o terreiro se configura como espaço de inclusão e fortalecimento. Outra participante declarou: “Nunca me senti limitada por causa da deficiência; era sempre motivada. Ia aos orixás e eles me instruíam, não me viam como uma pessoa incapaz. Eles viam que eu podia fazer tudo, e isso me fez ver a vida de uma forma diferente.”

O respeito sempre se configura como um princípio orientador da construção das relações dos povos de terreiro, independentemente

de quais forem, e até com praticantes de outras religiões. A religião está intrinsecamente conectada à conduta ética. O depoimento de uma das lideranças ilustra bem esse fundamento:

“Hoje a gente fala muito de respeito à diversidade. E, dentro da simplicidade dela, Mãe Menininha sempre reunia a gente e dizia: ‘ Vocês têm que ter respeito por toda e qualquer manifestação de fé. Se seu colega na escola acha que ele passa de ano porque o lápis dele é mágico, então se você vir o lápis dele no chão, você tem obrigação de pegar e entregar na mão dele. Porque você quer que ele respeite a água, respeite a pedra, respeite toda e qualquer manifestação de fé. Existe uma energia no centro do universo, e tem vários caminhos para chegar até essa energia. São caminhos diferentes que nos trazem aqui para o mesmo lugar. A religião é um caminho que você escolhe para chegar ao criador. Esse criador, no final do seu caminho, você pode chamá-lo de Olorun, de Buda, de Jesus, de Jeová. Cada um tem o próprio caminho. O meu caminho não é melhor do que o seu”.

(Depoimento de participante das oficinas)

Sabemos, no entanto, que, nos espaços institucionais, nas escolas e nos meios de comunicação, ainda há assimetria na representação dos símbolos da diversidade religiosa. Existe uma forte predominância das tradições cristãs, enquanto as religiões de matriz africana permanecem sub-representadas e, muitas vezes, estigmatizadas. Em uma canção intitulada “Exu nas escolas” (2018), a grande Elza Soares cantava:

⁴⁷ O filósofo camaronês Achille Mbembe utiliza esse conceito para discutir que existem vidas que importam e vidas que não importam para um Estado colonialista.

*Exu nas escolas
Exu no recreio
Não é show da Xuxa
Exu brasileiro
Exu nas escolas
Exu nigeriano
Exu nas escolas
E a prova do ano
É tomar de volta
Alcunha roubada
De um deus iorubano*

(Composição de Kiko Dinucci e Edgar)

As lideranças das oficinas reiteraram que já está mais que na hora de encontrar, sim, Exu nas escolas. No Ilê Axé Oxum Karê, uma mãe expressou o quanto gostaria que sua filha chegasse em casa contando que viu Exu no livrinho da escola, e não apenas histórias e mitologias européias. Outro participante reforçou a importância das referências simbólicas em livros, jogos e audiovisual e disse:

“A gente absorve referências de super-herói ou da menina que quer um dia fazer o aniversário com o tema da Barbie. Mas elas poderiam fazer o aniversário da Oxum, que Oxum ainda é muito melhor! Muito mais bela, tem suas pulseiras, fala sobre amor próprio. Então, só vai conseguir fazer se tiver identidade, se tiver pertencimento, se souber quem é Oxum”.

(Depoimento de participante das oficinas)





Do plantar ao colher, do cozinhar ao comer

A nutrição profunda dos terreiros se dá no compromisso com uma construção saudável das subjetividades das crianças, mas também com muita atenção ao que se dá na matéria. A relação com o alimento foi um tema presente nos diálogos, nos quais foi defendida a proposta de levar a comida ancestral para dentro das escolas como uma forma de educar para a vida e para a consciência.

Envolver as crianças em todo o processo — do plantar ao colher, do cozinhar ao comer — é uma estratégia para combater o nutricídio, isso é, o apagamento das práticas alimentares tradicionais e saudáveis das populações negras e indígenas. A valorização da cultura alimentar de terreiro ensina que o alimento é identidade, história e cuidado e que nutrir-se é também reconectar-se com as raízes e com a comunidade. É soberania e segurança alimentar. Afinal, são muitos os saberes e práticas dos povos de terreiro que ensinam que é possível construir um futuro alimentado por respeito, ancestralidade e vida plena.





Você conhece os adinkras?

Durante a realização das oficinas, pedimos às lideranças participantes para desenharem “o que significa ser de terreiro para você?”.

Uma das imagens que mais apareceu nos desenhos foi o *sankofa*, que é um dos adinkras mais conhecidos no Brasil. Os adinkras são um conjunto de símbolos pertencentes ao povo ashanti, atualmente localizados principalmente nos países Gana, Burkina Faso e Togo, e expressam sabedoria, valores e ensinamentos ancestrais por meio de formas gráficas repletas de significado. Cada símbolo carrega uma mensagem sobre a vida, a comunidade e o respeito aos ancestrais.

Entre eles, destaca-se o sankofa, representado por um pássaro que olha para trás com um ovo no bico, lembrando que “nunca é tarde para voltar e buscar o que ficou para trás”.

Uma das lideranças da oficina disse que “ser de terreiro é você reencontrar sua família. O terreiro, para mim, é um lar no qual posso deitar, descansar, meditar. É onde eu procuro refúgio e encontro”.

Esse símbolo nos inspira a valorizar o passado como fonte de aprendizado e força, reconhecendo que compreender nossas raízes e histórias é essencial para construir o bem-viver.



Conversando com Carla Akotirene sobre interseccionalidade

Durante as oficinas, diversas lideranças trouxeram a importância de garantir a interseccionalidade nas políticas públicas e nas ações para as infâncias de terreiro. Esse conceito foi cunhado em 1989 pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw para explicar como diferentes formas de opressão — como o racismo, o sexismo e a desigualdade social — se cruzam e produzem experiências únicas de discriminação.

No entanto, muito antes de esse termo existir, os terreiros brasileiros já vivenciavam, na prática, a visão integrada do mundo. Nesses espaços, as dimensões de raça, gênero, classe, ancestralidade e espiritualidade sempre estiveram conectadas, orientando formas de cuidado, resistência e construção coletiva do conhecimento. Os terreiros, portanto, são verdadeiras escolas de interseccionalidade!

A pesquisadora Carla Akotirene tem papel fundamental no debate sobre a interseccionalidade no contexto brasileiro, traduzindo o conceito para a realidade do nosso país. Na obra *Interseccionalidade* (2019), publicada pela coleção *Feminismos Plurais*, ela apresenta o conceito de forma didática e profunda. Doutora em Estudos Interdisciplinares de Gênero, Mulheres e Feminismos, assistente social e

mulher de axé, Carla aceitou, com alegria, esta conversa com o PIA.

PIA — Qual é a importância da interseccionalidade para compreender os valores e as vivências das infâncias dos povos de terreiro?

Carla Akotirene — Considerando a interseccionalidade como uma sensibilidade analítica e reconhecendo que vivemos em uma estrutura articulada pelo racismo, pelo patriarcado e pelo capitalismo, é necessário entender que as crianças de comunidades de terreiro também estão suscetíveis às experiências estruturais do racismo religioso.

Isso pode resultar, por exemplo, na ausência de esforço da sociedade, do Estado ou da família para protegê-las no que diz respeito aos estereótipos que são colocados contra as religiões de matrizes africanas.

Também devemos levar em conta o fato de que, para nós, dentro do paradigma afrocêntrico, a categoria idade não é fixa, o tempo não tem aquele repertório cronológico.

Então, pode-se ter uma infância — no caso, aquela população que tem menos de 12 anos —, mas, ainda assim, estar dentro de uma experiência de senioridade, devido à iniciação da criança em valores não-ocidentais.

Estruturalmente, esses valores colocam a criança sempre a partir de uma proteção, porque ela não consegue falar sozinha, não consegue se representar sozinha ou ter algum tipo de saber reconhecido.

Dentro da comunidade de terreiro, nós reconhecemos que as crianças também têm sabedorias, porque elas foram invocadas não dentro de um tempo fixo, de idade/geração, mas, sim, de um tempo que tem a ver com a experiência do nosso próprio paradigma de ancestralidade e de memória.

Então, a interseccionalidade é essa encruzilhada discursiva, em que, o tempo todo, vamos tentar mover o funcionamento do racismo, do capitalismo, do patriarcado, tomando como observação, nesse momento, a comunidade de terreiro, sem criar hierarquias ou expectativas externas.

PIA — Como a gestão pública (nos âmbitos federal, estaduais e municipais) devem atuar para que as crianças de terreiro tenham os direitos garantidos?

Carla Akotirene — Para que as crianças de terreiro tenham os direitos garantidos, o Estado não pode compartimentar a esfera da infância apenas dentro de uma secretaria ou de uma superintendência que envolva direitos humanos.

É necessário ter estratégias de gestão, usando a intersetorialidade e a transversalidade da política pública. A infância deve ser considerada a partir dessa perspectiva interseccional: como está a saúde das crianças? Como está a educação? Como está a política de assistência para as crianças? Ou seja, a própria infância deve ser o meio de o Estado regular as desigualdades sociais, entendendo que é a partir da primeira infância que vamos construir juventudes salutaras, vamos promover a igualdade racial, vamos respeitar a cultura.

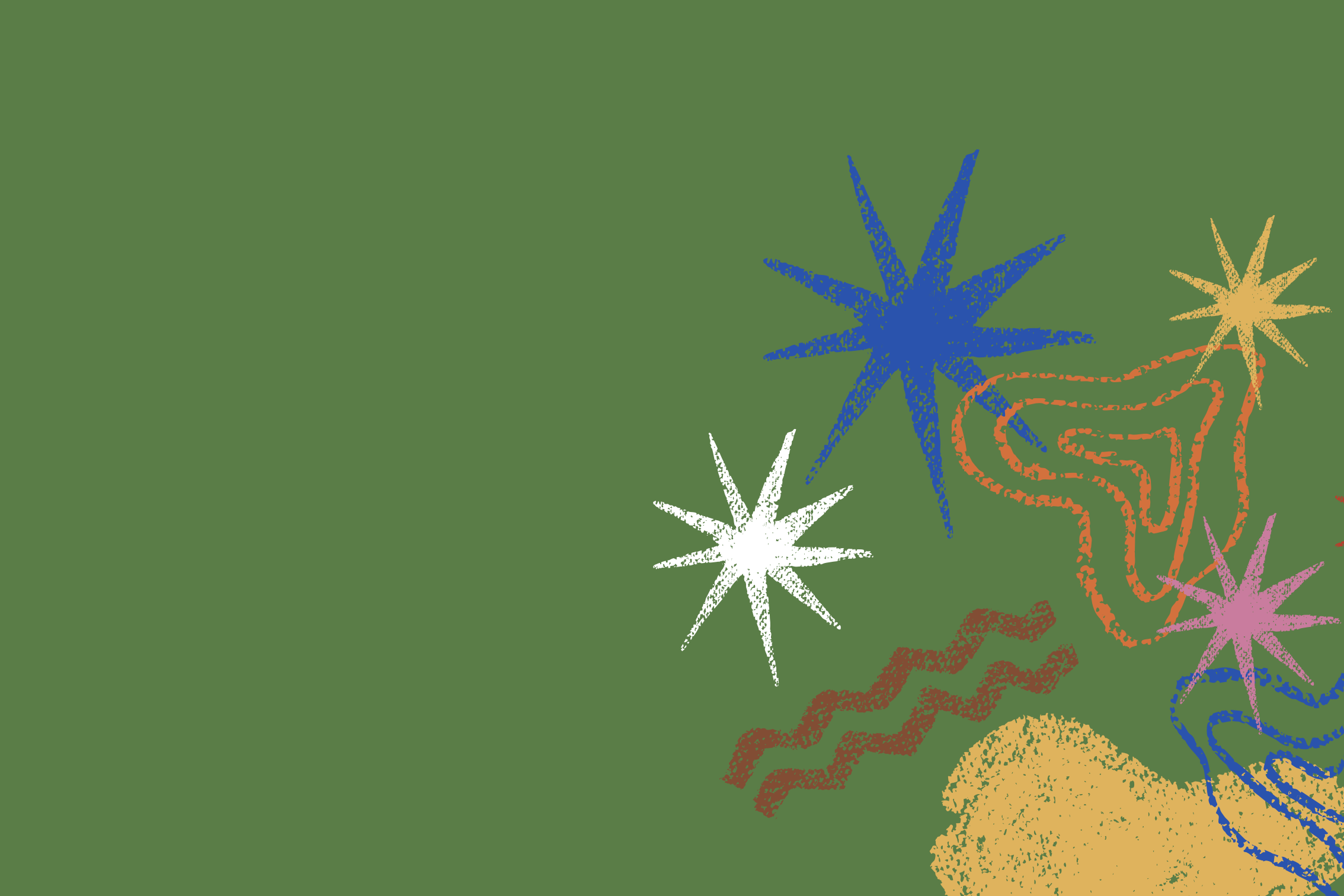
A infância é o primeiro enunciado da nossa dignidade. Então, os especialistas em políticas públicas precisam entender de transversalidade de gênero, raça, classe e geração para que, de fato, compreendam que a infância é uma identidade que está atravessada pelo lugar antirracista — já que temos como interesse o fato de que as crianças não podem evadir da escola por conta do racismo institucionalizado, por exemplo.

Ao mesmo tempo, a cultura precisa participar para que as crianças se sintam valorizadas no que diz respeito à filosofia de terreiro e nós possamos produzir uma igualdade racial, tomando como referência esse primeiro momento da nossa dignidade, que é exatamente o despertar de quem somos.

A infância é esse lugar em que o Estado, a sociedade civil, a sociedade política e a família precisam se conectar para respeitar a ancestralidade e a nossa memória de povo africano na diáspora.

PIA — Qual recado você deixaria para profissionais da educação, saúde e assistência social atuarem em defesa da dignidade das crianças de terreiro?

Carla Akotirene — Utilizem o repertório e o letramento antirracista — das mulheres negras, em especial, porque é nesse repertório que conseguimos articular as identidades e produzir um bem-viver. O paradigma afrocêntrico, o projeto intelectual feminista negro e a interseccionalidade são as ferramentas de realização dessas sensibilidades analíticas, principalmente em relação à dignidade das crianças de terreiro.



O futuro é ancestral

A gente fala de ancestralidade não como o passado, mas como algo que está vivo hoje e que nos projeta para o futuro.

(Depoimento de participante das oficinas)

Essa força tão citada durante as oficinas — a ancestralidade — é fundamento vivo nos terreiros. Neles, a vida em comunidade se organiza a partir de valores como a colaboração, o respeito e a responsabilidade coletiva. As vivências comunitárias acontecem em compromisso com a preservação da vida e o fortalecimento dos laços afetivos e espirituais. Além disso, a convivência é intergeracional: crianças, adultos e mais velhos compartilham experiências, aprendizados e rituais, reconhecendo as crianças como sujeitos éticos e protagonistas.

As lideranças de terreiro enfatizaram a importância de preservar: cuidar da cultura, da linhagem e da memória coletiva, garantindo que cada gesto e palavra carregue a força dos que vieram antes. A oralidade é o principal elo dessa continuidade, por meio da linguagem e das músicas. Preservar não é apenas olhar para o passado, mas alimentar o presente, em reverência e conexão com os elementos e os ciclos naturais da vida:

“Tudo no terreiro é sagrado, cada folha, cada água. A água é a nossa quartinha, os nossos fundamentos, tudo que a gente prepara é de forma orgânica. Depois do preparo, depois do alimento que é feito em comunidade, e para a comunidade, para a espiritualidade, todo mundo se alimenta junto. Isso tudo devolve para a natureza”.

(Depoimento de participante das oficinas)



Nos terreiros, a hierarquia é entendida como uma dinâmica orientada para a harmonia, e não como uma estrutura de poder que oprime. Como afirmou uma liderança, “todo mundo tem lugar de fala, dentro do respeito da hierarquia. Mas hierarquia no terreiro não é um lugar para oprimir, é um lugar para trazer a responsabilidade do que está sendo transmitido para o outro”.

Nesse contexto, é comum que crianças também assumam papéis de liderança, em uma lógica distinta do pensamento ocidental. As comunidades de terreiro ensinam e convidam toda a sociedade brasileira a construir um outro olhar sobre as infâncias, reconhecendo o sagrado e a potência em cada existência, em cada sol que nasce.

Para os povos Bantu, especialmente das raízes Kongo, o nascimento de uma criança representa o surgimento de um novo “sol vivo”, uma vida única e preciosa. Cabe à comunidade a responsabilidade de cuidar, nutrir e fazer esse sol brilhar, garantindo seu crescimento e fortalecimento⁴⁸.

Cada sol vivo quer brilhar e quer brincar! E a sociedade brasileira precisa do calor e da alegria de cada um deles. Os pesquisadores Renato Nogueira e Luciana Pires Alves, comentando o Itan dos ibejis com o seu tamborzinho (sim, aquele que nós vimos por aqui), lembram que a infância é capaz de pôr a morte para correr. Naquela história, foram as crianças que colocaram o mundo em movimento, impedindo o fim das coisas.

Eles dizem que, diante da morte, só nos resta brincar — e que brincar só tem graça com outras pessoas: “É preciso brincar radicalmente, brincar é uma experiência pelo gosto de viver. É pela brincadeira

que se torna possível sorrir”⁴⁹.

Convidando-nos a brincar e a contar histórias, lembram que Exu é o mestre dessas artes: aquele que cria caminhos e abre possibilidades. Brincar sem a preocupação de vencer ou perder e contar a vida sem exigir começo ou fim são um convite a redescobrir a infância em nós mesmos. A sabedoria dos povos de terreiro ensina sobre o prazer de viver com curiosidade e liberdade, celebrando o mistério da vida e a força de aprendermos juntos, lado a lado com as crianças, cuidando uns dos outros e celebrando o mistério da vida.

Este material é um convite à ação: que profissionais da saúde, da assistência social, da educação e toda a sociedade possam iniciar um novo modo de se relacionar com as infâncias, reconhecendo-as em sua totalidade, integralidade e potência. É tempo de caminhar junto, ensinar e aprender com as crianças, permitindo que a sabedoria dos terreiros inspire políticas, práticas e culturas de cuidado que sejam verdadeiramente inclusivas e transformadoras.

⁴⁸ Do livro “Kindezi: A Arte Kongo de Cuidar de Crianças”, de Kia Bunseki Fu Ki.Au e A.M. Lukondo-Wamba. Disponível em: <https://terreirodegriros.wordpress.com/2019/04/14/kindezi-a-arte-kongo-de-cuidar-de-criancas-k-ki-bunseki-fu-ki-au-e-a-m-lukondo-wamba/>

⁴⁹ Do artigo “Exu, a infância e o tempo: Zonas de Emergência de Infância (ZEI)”, 2020. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/7149/47966774>

SOBRE O UNICEF:

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) trabalha para proteger os direitos de cada criança e adolescente, em todos os lugares, especialmente nos locais mais vulneráveis e remotos. Em mais de 190 países e territórios, faz o que for preciso para ajudar crianças e adolescentes a sobreviver, prosperar e alcançar o pleno potencial. Em 2025, o UNICEF comemora 75 anos no Brasil. O trabalho do UNICEF é financiado inteiramente por contribuições voluntárias.

SOBRE O COMITÊ GESTOR DA PIA — PRIMEIRA INFÂNCIA ANTIRRACISTA

O Comitê Gestor da Primeira Infância Antirracista é uma instância de governança intersetorial e interministerial criada para orientar, acompanhar e fortalecer a implementação da estratégia PIA — Primeira Infância Antirracista. Formado por representantes do UNICEF e do Governo Federal após o Memorando de Intenções, por meio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), do Ministério da Educação (MEC), do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), sob a liderança do Ministério da Igualdade Racial (MIR). A estratégia está contemplada no Plano de Ações Estratégicas do Comitê pela Primeira Infância, no âmbito da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, dentro do eixo Viver com Direitos, fortalecendo o compromisso do país com a promoção da equidade racial desde a primeira infância.



Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALMEIDA, Silvio de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

AZOILDA LORETTO DA TRINDADE. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. Disponível em: <https://reaju.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/07/valores-civilizator3b3rios-afrobrasileiros-na-educac3a7c3a30-infantil-azoilda-trindade.pdf>.

BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Educação infantil, igualdade racial e diversidade. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf.

CENTER ON THE DEVELOPING CHILD. How Racism Can Affect Child Development. Harvard University, 2019.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (NCPI). Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância. [Livro eletrônico]. São Paulo, 2021. Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/10/WP-7_Racismo-Educ-Infantil-e-Desenvolvimento-da-Primeira-Infancia.pdf.

CRIOLA & outras organizações. Panorama geral do contexto de racismo religioso no Brasil. Relatório, 2022. Disponível em: <https://criola.org.br/panorama-racismo-religioso>.

FU KIA, Bunseki; LUKONDO-WAMBA, A. M. Kindezi: A arte Kongo de cuidar de crianças. Disponível em: <https://terreirodegriots.wordpress.com/2019/04/14/kindezi-a-arte-kongo-de-cuidar-de-criancas-k-kia-bunseki-fu-ki-au-e-a-m-lukondo-wamba/>.

GOMES, João. Territórios de terreiro e proteção da identidade negra. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Dossiê de registro dos saberes, práticas e lugares dos terreiros de candomblé na Bahia. Brasília: IPHAN, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/patrimonio-cultural-imaterial/dossie-terreiros-de-candomble-da-bahia.pdf>.

MÃE STELLA DE OXÓSSI. Meu tempo é agora. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1991.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. Disponível em: <https://doceru.com/doc/nrc58on>.

MÔ MAIÊ. Kindezi: a arte bakongo de cuidar das crianças. Disponível em: <https://terreirodegriots.blogspot.com/2018/08/kindezi-arte-do-cuidado-da-crianca-e-do.html>.

PERO VAZ DE CAMINHA. Carta do descobrimento. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf.

PORTAL DE PERIÓDICOS UFSC. “Eles não sacrificam animais que nem aqui”: a ética das crianças e o enfrentamento ao racismo religioso. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/index.php>.

PWC; INSPER; MULHER 360; ONU MULHERES. Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina “Vieses in-

conscientes”. 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Vieses_inconscientes_16_digital.pdf.

RITA MEDEIROS et al. Culturas infantis de terreiro: agenciando memórias, histórias e narrativas. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2023. Disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Livro-Culturas-Infantis-de-Terreiro-agenciando-memorias-historias-e-narrativas-1.pdf>.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Culturas infantis de terreiro: experiências e narrativas de crianças pequenas vivenciadoras de tradições de matriz africana. Projeto de pesquisa, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br>.

VÁRIOS AUTORES. Èkô láti sayé: Educação e resistência nos candomblés. Revista Educação e Cultura Contemporânea, 2020. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br>.



Iniciativa



Parceria institucional

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

MINISTÉRIO DA
IGUALDADE RACIAL

